



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NAIANE JESUS PINTO

**EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA:
UMA ETNOGRAFIA DA *MIGRAÇÃO FORÇADA* EM DOM JOÃO, EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE - BA, NO ANO DE 1982**

**São Francisco do Conde
2016**

NAIANE JESUS PINTO

EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA:
UMA ETNOGRAFIA DA *MIGRAÇÃO FORÇADA* EM DOM JOÃO, EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE-BA, NO ANO DE 1982

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

São Francisco do Conde
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

P729e

Pinto, Naiane Jesus.

Experiência e memória : uma etnografia da migração forçada em Dom João, em São Francisco do Conde - BA, no ano de 1982 / Naiane Jesus Pinto. - 2016.

61 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza.

1. Etnologia - São Francisco do Conde, BA. 2. Migração forçada - São Francisco do Conde, BA. 3. São Francisco do Conde, BA - História. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 981.42

NAIANE JESUS PINTO

EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA:
UMA ETNOGRAFIA DA *MIGRAÇÃO FORÇADA* EM DOM JOÃO, EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE-BA, NO ANO DE 1982.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

São Francisco do Conde, 22 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cristiane Santos Souza (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Rafael Buti
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dra. Jucelia Bispo dos Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Primeiramente, aos meus ancestrais José Marcelino, Maria Luiza e Onória (In-memoriam).

À minha família por ter me feito conhecer as histórias de Dom João para que este momento fosse possível;

À minha filha que certamente ouvirá muitas vezes a contação desta história e estórias;

Aos meus colaboradores, os antigos moradores da comunidade Dom João cada um de maneira mais que especial, foram fundamentais.

À orientadora Cristiane Souza.

Obrigado, meu Deus!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido estar em meio acadêmico e comunitário e poder usufruir destes conhecimentos versados aqui acerca do município de São Francisco do Conde em especial Dom João e São Bento;

À minha família por ter tido paciência e por colaborar com a pesquisa e ter mergulhado junto comigo nesta viagem;

À minha filha Maria Sophia que foi muitas vezes companheira nas madrugadas para a escrita da pesquisa;

Aos colaboradores diretos e indiretos, sem vocês eu não teria conseguido;

Aos meus colegas de trabalho que muito me ajudaram a percorrer este caminho me dando apoio;

À minha orientadora Cristiane Santos Souza, por todas as suas recomendações, orientações e interferências no decorrer da pesquisa;

Ao professor Rafael Palermo Buti, pelas dicas na *pré-banca*.

A todos os professores da UNILAB que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste.

Aos colegas e amigos da UNILAB pelo incentivo.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito desta pesquisa;

Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é etnografar a experiência da migração forçada observada na comunidade de Dom João, em 1982, no município de São Francisco do Conde-BA, através da memória dos antigos moradores que foram relocados para o bairro de São Bento das Lages, na sede municipal. Para tanto, foram coletados relatos orais, documentais e visuais destes “migrantes”. Este trabalho apresenta-se como uma contribuição para a visibilidade das lembranças e memórias *dessa migração forçada* dentro do processo mais amplo de configuração do município e da região.

Palavras-chave: Experiência. Memória. Migração Forçada. São Francisco do Conde.

ABSTRACT

The objective of this work is to ethnograph the experience of forced migration observed in the community of Dom João, in 1982, in the municipality of São Francisco do Conde-BA, through the memory of the former residents who were relocated to the São Bento das Lages neighborhood, Municipal seat. For that, oral, documentary and visual reports of these "migrants" were collected. This work presents as a contribution to visibility the memories and memories of this forced migration within the broader configuration process of the municipality and the region.

Keywords: Experience. Memory. Forced migration. São Francisco do Conde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Dados Gerais dos Colaboradores Entrevistados	13
Figura 1	Mapa da Lei Municipal de Abairramento nº 201/2011 do Município de São Francisco do Conde-BA	21
Figura 2	Imagem de satélite do Porto Dom João	24
Figura 3	Papai, meu avô (José Marcelino Costa Pinto) <i>in-memoriam</i>	29
Figura 4	Registro de um título sem posses	45
Figura 5	Olhares decepcionados	46
Figura 6	A voz do poder público	47
Figura 7	Vozes invisibilizadas	50
Figura 8	Aldeia	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TRILHANDO OS CAMINHOS ATÉ DOM JOÃO RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDAS	17
2.1	DOM JOÃO: UM PEDACINHO DO RECÔNCAVO BAIANO	17
2.2	TRILHANDO ATÉ A COMUNIDADE DE DOM JOÃO	23
3	TECENDO OS CAMINHOS DA MIGRAÇÃO	32
3.1	MIGRAÇÕES NO BRASIL	32
3.2	SOBRE MIGRAÇÕES NA BAHIA	33
3.3	MIGRAÇÃO FORÇADA: ENTRE DOM JOÃO E SÃO BENTO	34
3.4	DIALOGANDO COM DIFERENTES INTERLOCUTORES: SOBRE MEMÓRIA E NARRATIVAS ORAIS	38
4	ANALISANDO DEPOIMENTOS, CRUZANDO INFORMAÇÕES E COSTURANDO AS REDES	41
4.1	ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS MIGRANTES	41
4.2	SOBRE AS LEMBRANÇAS E MEMÓRIA DE DOM JOÃO	43
4.3	QUANDO CHEGARAM EM SÃO BENTO NO NOVO ESPAÇO, NOVA CASA	44
4.4	SE SENTEM SAUDADES E VONTADE DE VOLTAR PARA DOM JOÃO	47
5	COMO ESTÃO OS ANTIGOS MORADORES DE DOM JOÃO HOJE EM SÃO BENTO	49
5.1	A ALDEIA CONTEMPORÂNEA	50
5.2	NOSSOS LAÇOS VÊM DE LÁ	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE - Roteiro para entrevista: remexendo o passado	61

1 INTRODUÇÃO

Entre Lembranças e Memórias

Peço licença à comunidade Dom João em especial aos moradores que foram migrados de lá em 1982, para etnografar suas experiências a partir de memórias e narrativas orais.

Eu cresci ouvindo falar de certo lugar mágico onde tudo que plantava se colhia, onde tudo era motivo de festa e alegria. Certo dia minhas lembranças acionaram minhas memórias e eu resolvi escrever sobre este lugar que cresci ouvindo falar me comovendo com as histórias dos meus mais velhos que narravam sobre coisas que aqueles velhos vagões de trem também podiam me contar. Muitas aventuras sobre a usina e o trabalho por lá que aguçavam minha curiosidade de menina. Ao falar deste lugar encantado, mágico, sinto o gosto do melaço das canas moídas lá. Usina que atraiu, alimentou e moeu sonhos. Este certo lugar é Dom João.

O ponto de partida para a pesquisa ora apresentada é fruto das lembranças e memórias que construí coletivamente acerca da temática delimitada sobre memória. Na perspectiva de dar visibilidade às narrativas orais e às memórias dos antigos moradores desta comunidade, dentre eles meus pais, avós e familiares que por muito tempo moraram nesta comunidade e após a migração foram morar na comunidade de São Bento das Lages,¹ ainda em São Francisco do Conde. Cabe ressaltar que os migrantes trazem consigo na bagagem suas identidades e histórias enraizadas na memória, assim como vai adquirindo novos hábitos da sua nova casa (comunidade) em que foram morar.

Como observadora participante, acredito que para muitos não se trata de nenhum fato histórico de grande relevância: no entanto, para mim e para os colaboradores desta pesquisa, apresenta-se como uma importante contribuição sobre o que aconteceu e continua acontecendo com diversas *comunidades tradicionais*², especialmente no Recôncavo Baiano. Com o olhar de observadora participante me proponho a descrever o acontecimento para

¹São Bento das Lages é uma comunidade no município de São Francisco do Conde - BA, o local de destino dos relocados em 1982. Porém popularmente as pessoas se referem a ela apenas como São Bento. Nesta pesquisa daqui por diante utilizaremos o nome popular como as pessoas costumam chamar.

²Conforme ALMEIDA (2006), A categoria “tradicional” (...) expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos naturais. (...) O “tradicional” como operativo foi aparentemente deslocamento no discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente. P. 22-23

costurar o objetivo ora apresentado nesta pesquisa – etnografar a experiência de migração forçada na comunidade Dom João, seus conflitos territoriais e socioambientais, mobilizada pela emoção das narrativas dos meus familiares e vizinhos durante minha infância, o que me conduziu aqui á discussão sobre memória, experiência de uma migração forçada. Como bem salienta CLIFFORD; 2008 a observação participante serve como uma fórmula para o continuo vaivém entre o interior e o exterior dos acontecimentos: de um lado captando o sentido de ocorrências e gestos específicos através da empatia.

Para o desenvolvimento desta observação participante realizei uma pesquisa bibliográfica; em seguida, dei início ao trabalho de campo propriamente. Comecei esta etapa na comunidade de São Bento das Lages, comunidade de destino, onde atualmente residem os antigos moradores da comunidade Dom João, relocada no ano de 1982. São estas pessoas que viveram a experiência da *migração forçada* que são meus colaboradores nesta pesquisa. Após conversas prévias com cada um deles, marquei para iniciar a coleta dos depoimentos orais com a finalidade de buscar entender o porquê destes moradores, que tanto narram em prosas e versos um lugar, “tiveram” que sair de lá e vir para São Bento.

Ao iniciar as entrevistas fui logo ouvindo falar de “*despejo, oficial de justiça, fazendeiro*” e ao me debruçar sobre as narrativas fui identificando “*conflitos territoriais, sociais*” dentre outros aspectos que marcam a experiência de vida destas pessoas. No decorrer desta pesquisa fui sendo surpreendida. Fui identificando pistas e me permitindo entender sobre os vários lugares de onde eu venho e o porquê das lembranças e aproximações com alguns lugares citados, em especial **Maracangalha**, lugar de onde veio Vovó Onória e Papai José Marcelino Costa Pinto; **Campinas** de onde veio Mamãe Maria Luiza; **Casanje**, de onde vieram meus avós maternos, todos com destino imediato em Dom João. Outro aspecto que considero relevante diz respeito às particularidades e riquezas pertinentes a pesquisa com a memória e a história oral, que pretendo evidenciar no trabalho. Vale salientar que para compor este pesquisa contei diretamente com 07 (sete) colaboradores os quais foram fundamentais para discorrer desta pesquisa etnográfica. Ao final das entrevistas realizadas com estes colaboradores obtive “bagagem” suficiente para continuar este trabalho. Agora disponho de 07(sete) entrevistas que para mim são relatos de vida, que coletei durante vários dias, cada uma delas dentro das possibilidades e limitações de cada colaborador.

No quadro abaixo apresento algumas informações da identificação sintetizada dos perfis dos sete colaboradores entrevistados diretamente: nome, apelidos (que também foram utilizados durante a pesquisa), idade, origem e, por fim, moradia atual.

Quadro 1 - Dados Gerais dos Colaboradores Entrevistados

Nº	Nome	Apelido	Idade	Origem	Moradia Atual
1	Isabel Souza de Jesus	Isabel	76 anos	Cassanje- São Roque(Macacos) São Francisco do Conde	São Bento
2	José Carlos Costa Pinto	Papacapim	61 anos	Dom João- SFC	São Bento
3	José Joaquim Santos	Pena	58 anos	Dom João	São Bento
4	José Feliciano Pereira	Pici	65 anos	Buracica- Alagoinhas	São Bento
5	Gildete Santos Pena	Dete	77 anos		São Bento
6	Neuza Maria Costa Vieira	Neuza	67 anos	Dom João- SFC	São Bento
7	Noélia de Souza Estrela	Noélia	72 anos	Dom João	São Bento

Fonte: Trabalho de Campo, autora, 2016.

As entrevistas foram realizadas privilegiando a história oral sobre a migração forçada e a história de vida dos migrantes ampliando o diálogo entre o passado e o presente dos personagens que participaram na composição das suas experiências cotidianas reconstruídas. Os entrevistados foram compreendidos como colaboradores, pois compartilharam da construção desta pesquisa. As entrevistas “pilotos” e as exploratórias, como ensina Paul Thompson (1998, p. 254-255), tiveram o objetivo de mapear o campo de investigação, colhendo ideias e localizando as fontes de informações genéricas no início da elaboração de um projeto, contribuem para um melhor delineamento dos percursos. Nesse sentido, é que realizei de início entrevistas semiestruturadas, que formaram o Caderno de Campo, que muito contribuiu para a elaboração desta sobre a migração ocorrida de Dom João para São Bento, os depoimentos dos entrevistados foi foco central para a construção deste trabalho, ao longo desse percurso, conforme disse acima, foram entrevistados 07 (sete) migrantes, além de uma

dissertação de mestrado da aluna Liliane Amorim da UFBA. Estes foram os fios condutores dos caminhos delineados. Assim, os documentos oficiais não se constituíram em foco de preocupação central do trabalho de coleta de dados da pesquisa, despeito de ter buscado esta documentação, não obtive sucesso, pois poucos foram encontrados. Reconheço que aqueles que foram localizados trouxeram importantes contribuições para as análises e configurações aqui apresentadas.

Construir e realizar uma pesquisa de campo não é tarefa fácil como parecia ser a princípio, principalmente sendo parte do processo que se pretende compreender. Trabalhar com as lembranças e memórias das pessoas requer cuidados, um planejamento para as entrevistas, ouvir e escutar atentamente, ser atento as emoções que, muitas vezes, foram inevitáveis de ambas as partes, entrevistador(a) e entrevistados(das). Requer sensibilidade, prudência do pesquisador para abordar as pessoas, pois é pertinente considerar aqui que num processo migratório vivido não se muda de um lugar para outro e se começa do nada, no que diz respeito à cultura, identidade e valores, apagando das memórias costumes. As pessoas carregam consigo os valores e identidades primeiras, de onde se aprendeu, ouviram e viveram histórias e ensinamentos. Toda esta bagagem acompanha o migrante nos seus novos espaços, misturando-se, diversificando (SOUZA, 2013).

Muitos migrantes deixam suas terras em função de optarem por outras oportunidades de trabalho, para possivelmente galgar melhorias na qualidade de vida. O resultado dessas migrações são as diversidades culturais que surgem daí, adaptações, novos hábitos e costumes que são adquiridos. A partir desse trânsito de migrações, é possível surgir, por sua vez, um considerável acervo de narrativas, histórias, relatos de vida dos migrantes que são transmitidos através da oralidade.

Para produzir as fontes orais utilizei para nortear o campo, os relatos das trajetórias e histórias de vida destes antigos moradores de Dom João. Para orientar as entrevistas utilizei um roteiro semiestruturado. Segui alguns critérios para coletar os dados e nortear a pesquisa, a exemplo de onde moravam antes de vir para Dom João; como era a vida neste lugar; por que vieram para São Bento; motivos da migração para São Bento; como aconteceu a migração e consequências; lembranças deste lugar e deseja voltar.

Após recolher os depoimentos, iniciei a etapa de transcrição das entrevistas e, confesso que entrevistar estes colaboradores, ouvir, (re)ouvir, transcrever e narrá-las fez cumprir um dos objetivos principais desta pesquisa que é de dar visibilidade a essas vozes,

silenciadas durante o processo de *migração forçada*. O registro escrito deste trabalho é o passo seguinte na busca deste objetivo. Portanto, recuperar estas memórias, vivências e experiências são imensuráveis.

Para organizar os resultados da pesquisa e as reflexões delas suscitadas, o TCC está organizado em quatro capítulos, além da Introdução e as considerações finais.

No primeiro capítulo, **Trilhando os caminhos até Dom João reconstituindo trajetórias e histórias de vidas**, trilho os caminhos dos migrantes até Dom João, reconstituindo a trajetória de vida desses antigos moradores. Para tal, o dividi em dois subitens. No primeiro, apresento Dom João como um “pedacinho” do Recôncavo Baiano. No segundo, faço uma breve trilha feita pelos migrantes ao saírem jovens de suas terras de origem até chegar à comunidade de Dom João.

No segundo capítulo, **Tecendo os Caminhos da Migração**, pretendo apresentar algumas categorias e orientações teóricas que orientam meu olhar sobre os temas e questões que orientaram esta pesquisa: migração, migração forçada, migrantes, memória e oralidade. Para melhor conceituar, dialoguei com teóricos como: Pierre Bourdieu, Ecleia Bosi, Jacques Le Goff, Suely Kofes, Paul Thompson e Walter Fraga Filho, Cristiane Souza, Flávio Pimentel, dentre outros. Na tentativa de melhor situar meu entendimento sobre os debates feitos nestes campos, organizei o capítulo em quatro tópicos que tratam das migrações no Brasil e na Bahia; sobre a migração forçada em São Francisco do Conde-BA, em particular o caso da comunidade de Dom João, em 1982. Neste último, narro como tudo começou e em seguida dialogo com diferentes interlocutores sobre memória e narrativas orais.

No terceiro capítulo, **Analisando depoimentos, cruzando informações e costurando as redes**, organizo a análise com informações coletadas com os migrantes do Dom João e costuro as redes entre elas. Para tal, utilizo além dos relatos orais coletas através das entrevistas com alguns registros de imagens, em especial algumas fotografias de álbuns de família. Este capítulo está subdividido em quatro tópicos: as narrativas dos migrantes; lembranças e as memórias de Dom João, São Bento: um novo espaço, uma nova casa e, por fim, nele trago as narrativas sobre o sentimento de saudades e o desejo de retorno.

Por fim, no quarto e último capítulo, **Como estão os antigos moradores hoje em São Bento**, verso como estão estes moradores na contemporaneidade e que significado eles deram para este lugar. Divido o capítulo em dois sub-tópicos no primeiro falo sobre a Aldeia contemporânea(local onde foram morar os antigos moradores de Dom João) uso imagem e

faço um histórico de como estão na contemporaneidade e no segundo digo que nossos passos vêm de lá fazendo uma referencia as aproximações e afetividade entre os moradores de São Bento e os que foram morar na Baixa Fria.(Comunidade onde foi morar o segundo grupo que foram despejados de Dom João).

Nas considerações finais, retomarei algumas das questões centrais que orientaram a pesquisa e que apareceram evidenciadas nestas narrativas sobre a experiência da migração, da migração forçada e dos arranjos produzidos pelos moradores para se manterem na comunidade.

2 TRILHANDO OS CAMINHOS ATÉ DOM JOÃO RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDAS

“Como transmitiríamos a nossos filhos o que foi outrora a cidade, soterrada embaixo da atual, se não existissem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora?”
(EcléiaBosi,1987).

Diversos foram os caminhos que me trouxeram a iniciar esta pesquisa, todos esses caminhos de alguma maneira, em tempos diversos, conduziram-me as lembranças e memórias familiares. Trilhar estes caminhos é como trilhar nos vagões do trem que muito ouvir falar e que me transportou para este lugar.

A citação de Ecléia Bosi, transformada aqui em epigrafe narra muito sobre a comunidade Dom João e seus acontecimentos, quando na citação ela questiona como transmitiríamos a nossos filhos o que outrora foi cidade, soterrada embaixo da atual, faço uma enorme viagem pensando nas ruínas da escola, antigo mercado e casas que foram destruídas para dar espaço a pastagem de gado. E logo percebo que caminhos percorridos por esta pesquisa irá possibilitar que a minha filha ao crescer tenha acesso sobre a trajetória e história de vida dos nossos ancestrais. E vou além parafraseando BOSI, e as velhas casas, as árvores, os muros, os muros da cidade atual são as cercas que separaram e soterraram a cidade de outrora por pisoteio de gados. Os rios me remetem a pensar na presa e no riacho. Sendo assim apresento neste capítulo a comunidade Dom João situando aqui como um pedacinho do Recôncavo baiano na perspectiva de trilhar os caminhos dos moradores até este lugar.

2.1 DOM JOÃO: UM PEDACINHO DO RECÔNCAVO BAIANO

Situando a comunidade de Dom João, inserida no vasto Recôncavo Baiano, conforme analisamos a citação abaixo da antropóloga e orientadora desta pesquisa Cristiane Souza, uma região historicamente constituída por comunidades tradicionais negras oriundos da presença negra escravizada.

O Recôncavo da Bahia é um território onde a colonização e ocupação é o mais antigo e mais violento da história brasileira. É uma região moldada por processos sociais de opressão e resistência, que deixaram vestígios permitindo novas formas de organização social e ativismo político. O Recôncavo forma um arco em torno da Baía de Todos os Santos, na costa do litoral do estado, oferecendo uma variedade de

paisagens: extensões de terra cercado pelo mar, rios, lagos, cachoeiras, manguezais, estuários, etc., onde há populações e comunidades seculares: indígenas, ribeirinhas, pescadores, religiosa e quilombos. (...) O Recôncavo e sua baía no passado, fez-se uma das principais áreas de plantações de cana de açúcar da colônia Português, onde o trabalho escravo foi explorado. Indígenas e africanos trabalhando distribuído nas regiões de produção extensiva de gado, corte de madeira, a produção de tabaco, cortando cana e, mais tarde, na indústria têxtil. (SOUZA, 2013)

Souza (2013) diz que o Recôncavo e sua baía no passado, fez-se uma das principais áreas de plantação de cana de açúcar da colônia portuguesa, e em Dom João não foi diferente, tanto que lá funcionou uma importante usina açucareira.

Segundo Barickman (1998-1999), Dom João está localizado acerca de cinco quilômetros da parte leste da sede de São Francisco do Conde. Desde o período colonial este município foi um dos distritos canavieiros tradicionais do Recôncavo. São Francisco do Conde, juntamente com Santo Amaro, mais a Freguesia de Santiago do Iguape, formavam os distritos açucareiros mais ricos e tradicionais do Recôncavo da Bahia. Já PUTONI diz o seguinte.

No final do ano de 1555, uma rebelião dos Tupinambás da Ribeira do Paraguaçu foi prontamente reprimida por D. Álvaro da Costa, filho do Governador Geral [...] O rio Paraguaçu, antes de Cachoeira, era um território particularmente cobiçado. Seus habitantes originais, contudo, obstinar-se-iam em resistir aos avanços da colonização, atacando novamente os moradores e suas fazendas nos anos de 1558 e 1559. O então governador da Bahia, Mem de Sá, resolveu enviar uma grande expedição punitiva composta de 300 portugueses e cerca de 4000 índios aliados, retirados dos aldeamentos Jesuíticos do litoral. Em setembro, os tupinambás do Paraguaçu foram derrotados, no local, foi criada uma vila (PUNTONI, 2002, p 90)

Sendo assim ficou favorável para construir atividade produtiva na região que se baseava nas plantações de cana-de-açúcar e criação de gado que deram início ao desenvolvimento econômico em novas bases. Sendo que no momento inicial o processo de produção, o trabalho nas “grandes plantações” requeria um maior número de braços. E quando os escravos “cultivavam” a terra, era para a sua própria subsistência e dos seus senhores, ficando sujeitos à socialização imposta pelos seus donos. O processo de escravidão no território brasileiro tem início desde o século XVI e avança até o século XIX e o Recôncavo assumiu papel preponderante.

Para tanto, São Francisco do Conde, localizada a 67 km da capital, fazendo parte da Região Metropolitana de Salvador ao fato de que faz parte da RMS por um sistema de classificação do estado. E faz parte do Recôncavo em termos e aspectos históricos e culturais,

São Francisco do Conde é a terceira cidade do Recôncavo Baiano e tem 38.183 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É considerado o município de maior população negra (maior que 90%) declarada no censo. A cidade pertenceu a Salvador até 1697, quando foi emancipada.

Além de ser o terceiro município do Recôncavo, guarda um grande patrimônio do Brasil colonial. A cidade é rica em sobrados, igrejas e engenhos, construídos durante a administração portuguesa nos pais. Com arquiteturas belíssimas que remete um passeio ao século XVI e mantendo viva desta forma uma importante história do Brasil.

Vale salientar ainda que São Francisco do Conde foi construído a partir da contribuição da diversidade de etnias que culturalmente este presente no seu cotidiano. Os tupinambás e os Caetés negros deixaram diversos legados dentre os quais é importante citar sua rica gastronomia, a atividade pesqueira, a habilidade das mulheres marisqueiras são por sua vez herança destas primeiras presenças que habitaram esta.

A origem econômica e industrial do território de São Francisco do Conde deu-se a partir da criação dos **engenhos de cana de açúcar**, primeira e principal atividade econômica brasileira, período em que o Brasil, como colônia, apresentou-se como a mais rentável de Portugal, exportando sua produção para Europa. Neste contexto surgia o município na política de capitania e sesmarias, dentre as quais surgiram os Estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará e outros.

O processo de ocupação e configuração territorial do município São Francisco do Conde remonta ao período colonial brasileiro. Isto implica compreendê-lo a partir de um movimento mais amplo que caracteriza a dinâmica de ocupação do território brasileiro, em especial a ocupação do Recôncavo da Bahia, por fazendas e engenhos, tendo a mão de obra escrava como força motriz deste processo de produção, baseado em grandes propriedades e monocultivo da cana de açúcar, sendo sua principal finalidade o comércio junto à metrópole europeia. (FURTADO, 2003, *Apud GEOGRAFAR*)

De acordo com PUNTONI (2002), a região onde fica a cidade foi conquistada pelo império português através de guerras contra os índios que viviam nas margens dos rios Paraguaçu e Jaguaribe. Foi um massacre impar, resultando no desmantelamento das tribos indígenas, na morte de vários índios aldeados e a condição de sem terra é um condicionante imposto aos povos que sobreviveram.

É importante por localizar geográfica e administrativamente a cidade de acordo o geografo são franciscano José Jorge do Espirito Santo (Thure). O município tem suas origens numa antiga seis Marias de D. Fernando de Noronha Linhares. Segundo ele.

E a cidade, que nos seus primórdios era apenas um sitio, onde, pelas suas condições de salubridade, a cavaleiro do mar aglomeravam-se os primeiros colonizadores, tem sua raízes naquele povoado que tomara a denominação se São Francisco do Sitio de São Francisco em homenagem ao orago sob cuja inovação foram construídas no topo da mais linda colina que ali se encontra, um convento e uma igreja, inaugurados em 1618. (ESPIRITO SANTO, 1998, p.17)

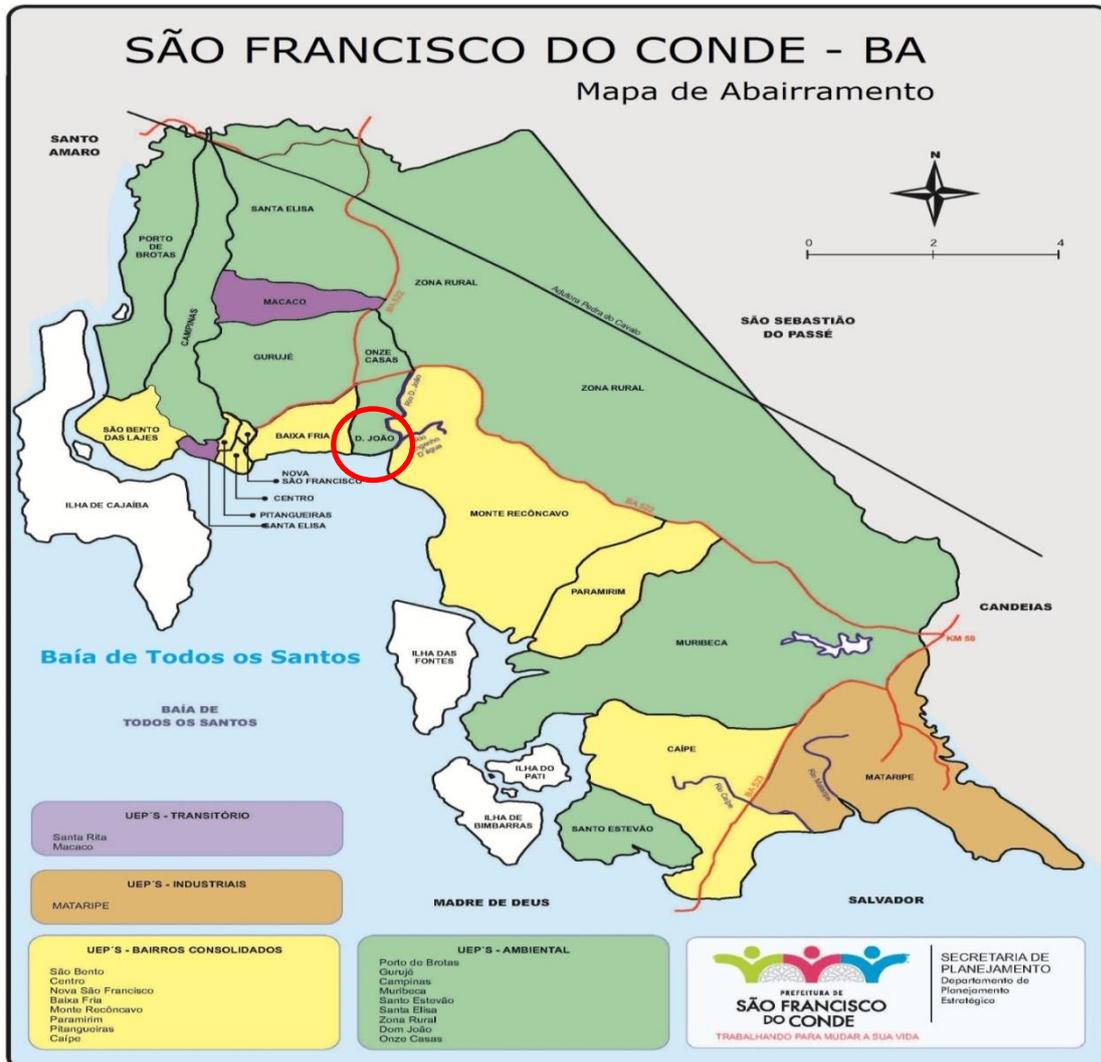
Porém, em 1668, foi elevado á categoria de vila, sendo uma das mais antigas do estado do Brasil.

Já comunidade Dom João está situada após o Monte Recôncavo³ e entre os rios D. João, Rio Cação, Rio da Ilhota, Rio Dois Irmãos, Rio Papagaio Grande e Pequeno, Rio Duas Bocas, Engenho D'água, Paizinho todos desaguando no mar da Baía de Todos os Santos, na área interna do Recôncavo baiano, configurando desta forma um grande potencial pesqueiro. Os rios e riachos, ou seja, o encontro da água doce com a água salgada propicia a formação das áreas de manguezal possibilitando a prática da pesca e mariscagem, dando desta forma alternativa para as famílias que vivem da extração ou viveram durante muito tempo sustentarem suas proles através da pesca.

Situando a comunidade Dom João, abaixo se encontra o mapa da Lei municipal de abairramento n° 201/2011 do município de São Francisco do Conde-BA.

³O Monte Recôncavo é ponto mais alto do Recôncavo baiano, localizado a 180 metros acima da Baía de Todos os Santos. E esta é uma comunidade quilombola situada em São Francisco do Conde-BA

Figura 1 - Mapa da Lei Municipal de Abairramento nº 201/2011 do Município de São Francisco do Conde-BA



Cabe destacar que o manguezal é um berçário natural e em Dom João muitas vezes ele serviu de refúgio para os trabalhadores da usina Dom João, nos momentos vagos de trabalho.

O estado da Bahia e o Recôncavo são espaços marcados pelas intensas desigualdades regionais e locais, considerando-se suas dimensões sociais, econômicas e culturais. Desde o século XVI até por volta de 1950 nas terras do entorno da Baía de Todos os Santos, foi se configurando uma segmentação espacial com base na especialização produtiva, organizada em torno da produção do açúcar, envolvendo canaviais, engenhos, usinas, áreas de mata para extração de madeira, para uso como combustível e áreas de cultivo de alimentos e de criação de animais. Os engenhos de açúcar, a partir de 1875 evoluíram para uma posição menos importante na atividade açucareira; a situação foi se complicando para os senhores

de engenho, até o início do século XX grande parte das terras dos engenhos foi adquirida pelos usineiros de açúcar (BRITO, 2008, p. 40).

Assim como a maioria das comunidades tradicionais brasileiras, especialmente no interior da Bahia, Dom João também foi e continua sendo palco de constantes conflitos territoriais e socioambientais. As comunidades tradicionais têm como referência uma organização social, política e de produção, através de estratégias de diversas formas de lutas: “Os negros fugiam, refugiavam-se na mata e ali criavam uma comunidade”. Surgiam roçados, casebres e logo em seguida uma força guerreira e uma organização política e social baseada na propriedade coletiva (CHIAVENATO, 1999, p. 65).

Vejamos o que o autor nos diz:

O escravo, além de trabalhador representava um investimento; por isso sempre foi explorado ao máximo a sua força de trabalho. Quando os engenhos não estavam moendo, os negros trabalhavam 12 horas por dia no campo, com pequenos intervalos para o almoço. Depois (ou antes) eram explorados por mais 4 ou 6 horas, totalizando 14 ou 18 horas de trabalho. Ia dos campos às olarias da fazenda para amassar barro com os pés, fabricar telhas e tijolos. Ou trabalhavam nos moinhos, onde fabricavam farinha de mandioca. Ou, ainda, cortavam lenha, consertavam a casa grande etc., as vezes até meia noite (CHIAVENATO, 1999, p. 45).

Neste processo de exploração, desencadeia outro processo de resistência e de luta com a formação dos mocambos e dos quilombos que foram registrados por vários. Quando surgiu o primeiro quilombo, por volta de 1575, centenas destas comunidades de negros livres espalharam-se pelo território. Eles simbolizavam a pátria africana no Brasil e um núcleo de liberdade para os nascidos aqui. Raros quilombos escaparam do cerco e da destruição. Mas todos ensinaram que lutar era uma opção melhor do que viver no cativeiro. O quilombo dos Palmares, o mais famoso, resistiu 67 anos até ser vencido. Durante este período causou sérios prejuízos aos senhores de escravo, tanto no pagamento dos mercenários empenhados em derrotar os quilombolas quanto na decadência das lavouras paralisadas pela falta de mão-de-obra (CHIAVENATO, 1999, p. 65).

Analisemos estes constantes em Dom João em um breve histórico sobre estes conflitos. Em 1969, com falência e posteriormente o fechamento da Usina muitos, os trabalhadores foram postos para fora sem serem indenizados e ficaram desempregados e não receberam seus direitos trabalhistas. As terras onde funcionava a usina foram vendidas e mais uma vez os antigos trabalhadores e moradores desta ficaram a ver navios. Após resistirem de 1969 a 1982 alguns moradores foram retirados a força para a comunidade de São Bento das

Lages. Já em 2013, após anos de resistência, mais um grupo de moradores foram obrigados a deixar suas casas em Dom João, sendo relocados para o conjunto habitacional, João Falcão, na comunidade da Baixa Fria, em São Francisco do Conde.

Ainda hoje, em 2016, outro grupo de moradores resistem no Porto Dom João, atualmente reconhecida como comunidade quilombola Porto Dom João.

Segundo o relatório do GEOGRAFAR,⁴ em Porto de Dom João o processo de ocupação territorial se dá através do marco histórico, como a Igreja de Nossa Senhora do Monte Recôncavo, com cerca de 460 anos, construída com trabalho escravo, inclusive por escravizados das quatro fazendas da região: Fazendas D. João, Fazenda Engenho D'água, Fazenda do Dico e Fazenda Engenho de Baixo.

A comunidade de Porto de Dom João sempre teve que enfrentar as condições adversas, não no que diz respeito ao meio, pois a Comunidade desde muito cedo soube como tirar o melhor proveito do que o ambiente naquela região oferece, mas no que diz respeito ao acesso a terra, à água e à pesca, principalmente no que se refere a reprodução do seu modo de vida e de sua própria existência, muitas foram as cercas, algumas impostas pelos fazendeiros outras pelo próprio poder público municipal, certamente devido a influência política local dos fazendeiros. Tem-se confirmado que esta área de Porto D. João e seu entorno foi sempre utilizada por eles e por pessoas que tinham livre acesso aos recursos naturais. O Porto D. João sempre foi um espaço importante, também, para a comercialização regional. Todos os pescadores dos municípios circunvizinhos vendiam seus produtos na feira de Porto João. A chegada da Petrobrás interferiu muito, pois aterrou áreas de mangue a imprimiu outra dinâmica ao local. Porém, mesmo assim, não tiveram seu acesso impedido. A Petrobrás ocupou o espaço, mas não estabeleceu um conflito explícito no uso da área. Inclusive, o aterro realizado pela Petrobrás foi que permitiu a construção das casas aonde ocupam hoje. Com a desativação dos poços, eles continuaram usando o mangue, tendo acesso à água e também a terra e vão consolidando a ocupação do que hoje se constitui como uma Comunidade. (GEOGRAFAR, p.24)

Vejamos no tópico seguinte onde estão localizados Porto Dom João na figura 2.

2.2 TRILHANDO ATÉ A COMUNIDADE DE DOM JOÃO

Esta imagem capturada do *Google terra* nos dá um norte para melhor situar aos leitores a respeito da localização do Porto Dom João. Nela observamos onde funcionava a usina Dom João e mostra a localização da antiga comunidade Dom João.

⁴Geografar. Grupo de Pesquisa POSGEO/UFBA/CNPq. Salvador. **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**

Figura 2 - Imagem de satélite do Porto Dom João



Fonte: Google Earth Adaptação: Naiane Pinto, 2016.

Trilhando caminhos até Dom João, situada no interior do Recôncavo baiano, muitos migrantes traçaram seus destinos, muitos pela vontade de sair de suas terras, outros pela força contrária que era a necessidade de mudança de lugar pela fuga da fome, desemprego, falta de moradia digna. Alguns desses colaboradores saíram de suas terras ainda jovens com 16 anos em busca de um futuro ainda incerto e carregando em suas bagagens a esperança de dias melhores. E neste trânsito regressaram das suas casas até mesmo de outras comunidades de São Francisco do Conde; Cinco Rios (Maracangalha), Santo Amaro; Candeias, São Sebastião do Passé, inclusive de sertões como Candeal. Assim foi constituída a comunidade Dom João, muitos dos migrantes vieram atraídos pelo advento da usina de cana-de-açúcar e construíram lá suas famílias. Vejamos a seguir algumas narrativas de histórias de vida e trajetórias dos migrantes até a comunidade Dom João.

Eu nasci em Buracica. Buracica fica abaixo de Alagoinhas. Eu cheguei em Dom João em 1967. Eu sou filho de seu Fernando, ex-trabalhador da Usina Dom João. A vida lá em Buracica era vida de trabalho na roça. Minha mãe tinha um pedacinho de terra e agente trabalhava. Eu vim para Dom João por causa da necessidade e a

distância, por que meu pai trabalhava na Usina e ficava muito longe para ir ver a família em Buracica. Tinha que mandar o dinheiro pelo maquinheiro do trem para minha mãe fazer compra e para a família ficar junta agente mudou para cá. (Entrevista: José Feliciano, 2016).

A Usina empregou pessoas de uma vasta região, que ultrapassava o contíguo do Recôncavo próximo. Eles são do que hoje é parte do sertão da Bahia, Alagoinhas. O pai de José Feliciano já trabalhava na Usina. Era muito complicado ficar indo e vindo de Dom João para Alagoinhas então tiveram que mudar para lá e constituir uma nova vida. O mais interessante era o malabarismo que as famílias tinham que fazer a manter os vínculos, muitas vezes por cartas pelos meios de transportes que ligaram estes territórios, seja através das embarcações e ou do trem... “tinha que mandar o dinheiro pelo maquinheiro”, por quinzena para não deixar os filhos e as esposas passarem necessidades.

Antes de vir para Dom João eu vivia no Casanje, na fazenda Macaco, e a vida no Casanje era uma vida de roça, minha filha! Agente plantava cana, mandioca, fazia farinha. Meu pai Neri tinha casa de farinha. Lavava roupa no rio. Era uma vida difícil! Eu me casei com seu avô Alvino eu tinha 20anos. A vida no Casanje era sofrida mais tinha uma vida de fartura. Eu mudei para Dom João mais ou menos em 1965 e resolvi mudar para lá por que Alvino trabalhava na Usina e para ficar mais perto mudei para Dom João. (Entrevista: Isabel Souza, 2016).

No depoimento da minha avó, Dona Isabel, ela conta sua trajetória antes e história vida antes de chegara comunidade Dom João. Falou das dificuldades da vida na roça, porém ressaltou que se orgulhava, pois em família plantava cana, mandioca, fazia farinha, pois seu pai meu bisavô Neri, tinha casa de fazer farinha. Falou com satisfação das lavagens de roupa no rio Macaco. Salienta que a vida era difícil, porém de fartura. Continua me fazendo revelações que se casou com meu avô Alvino quando tinha 20 anos. Minha avó fala que teve que mudar para Dom João em 1965, pois meu avô seu Alvino, trabalhava na Usina e para facilitar a vida da família resolveram mudar para lá.

Minha filha! Nasci e me criei em Dom João! Nasci em 1948, meu pai nasceu em Cinco Rios, em Maracangalha, e minha mãe morava aqui mesmo em São Francisco, em Campinas. A vida em Dom João..., olhe meu pai trabalhava na Usina Dom João, minha mãe lavava roupa de ganho, papai pescava nos momentos vago quando não estava trabalhando na Usina. (Entrevista: Neuza Maria, 2016).

No relato de Dona Neuza irmã do meu pai e segunda mãe, ela conta que nasceu e se criou em Dom João, nasceu em 1948. Mas que seu pai, José Marcelino (Papai), meu avó, nasceu em Cinco Rios em Maracangalha e que sua mãe, Dona Maria Luiza (Mamãe), nasceu

aqui mesmo em São Francisco do Conde, na comunidade de Campinas. Dona Neuza diz ainda que a vida em Dom João era ótima, Papai trabalhava na usina no setor de “cozinhamento” e mamãe lavava roupa de ganho, Papai também além de trabalhar na usina pescava nos horários vagos.

Meu pai veio do sertão com 18 anos por causa da seca e minha mãe já trabalhava em Dom João na **casa dos brancos**.⁵ Eu nasci em 1944, na Usina Dom João. A vida lá minha nega, hum (...) era a Usina. Meu pai trabalhava lá e minha mãe era dona de casa, trabalhava na casa dos brancos. Era a Usina Dom João. Fazia açúcar. Nasci e me criei lá, estudei construir família me casei. (Entrevista: Noélia Estrela, 2016).

Dona Noélia conta que o pai dela veio do Sertão por causa da seca e sua mãe já trabalhava em Dom João, ela cita que a mãe dela, Dona Vitória trabalhava na casa dos brancos, quando ela se reporta aos brancos segundo ela são os patrões, os donos da usina Dom João e os trabalhadores da PETROBRAS que moravam na comunidade. *“Naquela época minha nega as mulheres não trabalhava na usina não trabalhava era na casa dos brancos.”* (Entrevista: Noélia Estrela, 2016)

Outra questão importante que cabe destacar na narrativa de Dona Noélia e que naquela época as mulheres não tinham oportunidade de trabalhar na usina. Só de domesticas na casa dos donos da usina. “Os brancos”

Antes de vim morar lá em Dom João, eu morava em Rio Fundo, distrito de terra nova, mudei para Dom João por que meu esposo trabalhava na Usina, ele era delegado do sindicato das Usinas açucareira. Ele morreu e ninguém aqui recebeu nada. A vida em Dom João era boa, eu tinha tudo. Meu marido trabalhava e eu não precisava trabalhar. A gente depois que a Usina fechou tinha que buscar água no Marapé. Zé Falcão obrigava os moradores a trabalhar no cacau, no canavial. Antes de a Usina fechar não tinha cerca era tudo aberto, depois que Zé Falcão comprou e virou fazenda ele cercou tudo e não deixava agente pegar, mas nada. (Entrevista, Gildete Pena, 2016).

Dona Gildete morava em Rio Fundo, distrito de Terra Nova e mudou para Dom João, pois o esposo trabalhava na usina e um dado muito interessante ele revelou que seu esposo era delegado do sindicato das usinas açucareiras.

José Falcão, mais conhecido como Zé Falcão o qual os colaboradores da pesquisa se referem é o senhor que comprou as terras onde a usina Dom João funcionava, ele comprou as terras em um leilão e transformou em uma fazenda.

⁵Sobre está noção, *casa de branco*, ver Souza (2013).

Os depoimentos acima citados permitem nortear e conhecer um pouco da trajetória trilhada por alguns migrantes e posteriormente trabalhadores da Usina Dom João, desde seus deslocamentos individuais e familiares em direção à busca de uma vida digna e melhor.

Reconstituindo estas trajetórias até a comunidade de Dom João na memória cabe salientar que, da forma como foi constituída, crescendo e acontecendo é possível fazer um aporte e dizer que lá se caracterizou o que chamamos atualmente de quilombos contemporâneos uma vez que os moradores de lá regressaram de suas terras para trabalhar no canavial, viviam de forma coletiva através da pesca, caça, dentre outros. Buscando alimentos para sua subsistência, produzindo nessa nova terra, plantando, colhendo, pescando; caçando, passando; lavando, cantando e vivendo; lutando, resistindo.

De acordo com MULLER (2016), os quilombos contemporâneos podem ter raízes e vínculo com os quilombos históricos, porém não há expectativas de que isto seja uma constante.

Contemporaneamente, portanto o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Consistem em grupos que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característico num determinada lugar. Segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1997, p.812)

Desta forma foi acontecendo em Dom João, os moradores desta comunidade foram desenvolvendo práticas e formas de resistirem. Vale apenas ressaltar que as pesquisas que visam trabalhar com narrativas orais ou história oral são inevitáveis esta relação com a memória. Para Paul Thompson (1992, Apud SOUZA, 2013. p) a “História oral (...) pode devolver as pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.”

Na memória e narrativas orais dos antigos na comunidade Dom João ficou a lembranças maravilhosas de como era a vida naquele lugar mágico, onde as mulheres desciam para a famosa presa para lavar suas roupas, o mais interessante é o sentimento de coletividade que circundavam este lugar, na lida do dia a dia também iam carregar feixes de lenha na cabeça pois não havia fogão a gás naquela época. As mulheres saíam em busca da lenha para fazer o fogo e depois cozinhar a comida enquanto os homens estavam trabalhando na usina ou pescando.

O abastecimento de água na comunidade era precário e aí os moradores recorriam à fazenda São Roque mais conhecida como fazenda macacos para buscar água para cozinhar e beber. Ou então pegavam no Porto Dom João onde funcionava uma base da PETROBRAS.

Segundo Cristiane Souza (2013), é fundamental situar algumas reflexões acerca da relação entre experiência, memória e narrativa. A autora, neste sentido, destaca que: “a memória de uma pessoa, por mais individual que seja, perpassa diferentes lugares e memórias que são construídas a partir de vivências semelhantes e ou partilhadas, porém com perspectivas diferenciadas”. (SOUZA, p.3)

As festas em Dom João eram muito divertidas em dezembro tinha a famosa lapinha que era a encenação do presépio, tinha o Lindroamor que vinha de Maracangalha, o samba de roda e a festividade de Santo Antônio. Tinha as festas Juninas e era tradição fazer as fogueiras, enfeitar as casas com balões e as ruas, comidas típicas. E nesta tradição junina destaque aqui a pulação de fogueiras onde as mulheres quando tinham filhos pulavam as fogueiras para se tornarem comadres. As roupas eram confeccionadas pelas mulheres que em sua maioria sabiam costurar, os enxovais de bebe e casamento eram confeccionados por elas mesmas. Nas festas era comum ver as meninas principalmente se fossem irmãs ou primas com vestidos da mesma estampa.

Aí era uma festa em Dom João quando chegavam à época dos cortes de cana, era muita alegria, a usina buzina sem parar, os moradores todos saíam na porta comemorando a chegada dos cortes de cana, para comemorar, pois sabiam que iam iniciar os trabalhos na usina. A cana vinha de carro de boi, de burro, barco e caminhão era uma felicidade só. No tempo da colheita o povo vinha também de fora para trabalhar, era do fim de agosto a início de setembro.⁶

⁶Depoimento de Neuza Maria Costa Vieira, ex-moradora da comunidade Dom João. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de Abril de 2016.

As histórias que papai dizia

Figura 3 - Papai, meu avô (José Marcelino Costa Pinto) *in-memoriam*.



Fonte: Acervo pessoal de Dona Neuza Maria Costa Vieira, 2016

Toda essa lida era motivo de festa, porque como dizia Papai⁷: “*o mal do mundo é a moleza*”, o famoso papai é um verdadeiro herói nas lembranças da família Costa Pinto e Vieira. A lembrança de papai como assim é chamado por seus filhos e netos é nítida na memória destes volta e meia ouço.

⁷ José Marcelino Costa Pinto- O famoso papai como assim é chamado pelos seus filhos e netos era o patriarca da família Costa Pinto e foi mecânico da usina Dom João. Ele até hoje é lembrado pelos seus dizeres e ensinamentos.

Quando no mercado da comunidade não se encontrava o que queria comprar as mulheres tinham que vir na Vila do Conde comprar ou então tinham que ir a Santo Amaro andando e voltar para cozinhar. Quando resmungavam, papai dizia que o ruim era o dinheiro para comprar.

Cabe lembrar que na comunidade tinha um mercado e que os feirantes eram daqui de São Francisco do Conde vinham também de Feira de Santana, Santo Amaro e abasteciam os moradores.

O mercado em Dom João funcionava todos os dias, mais nos finais de semana era a feira que começava a montar na sexta de noite, vinha de uma ponta passava para a outra que você pensar tinha vendendo lá na feira, era roupa, era tudo que você pensasse tinha. Se Dom João tivesse tudo funcionando como era antes, o comércio de São Francisco do Conde seria lá em Dom João, era forte o comércio, era muita coisa, você não lembra por que ainda não era nascida, mais a feira vinha cá na pista até a escola. (Entrevista: José Carlos Costa Pinto, 2016).

No depoimento de acima, Seu José Carlos, popularmente conhecido como Papacapim, é notável que em Dom João dispunha de um forte comércio, tudo que os moradores precisavam compravam lá mesmo.

Pertencer à comunidade Dom João para esses moradores é um privilégio. Já a lembrança da forma como foram forçados a migrar de lá é nostálgica. Como ressalta Ecléa Bosi, na memória fica o que significa. E na memória desse grupo de migrantes ficaram também muitas lembranças boas, mas também ruins por conta do processo migratório forçado, expropriação territorial, esbulho, conflito territorial. Vejamos no depoimento a seguir:

Após o fechamento da Usina em 1969 era muita perseguição do fazendeiro, começaram colocar cães (cachorro) para ninguém entrar na fazenda, não podiam mais pegar cajá, tamarindo, manga, pescar e extrair nada. Até de lavar roupa na presa eles proibiram. As pessoas nem dormiam, com dor de cabeça, com medo dos oficiais de justiça, os capitães com a ordem de despejo. Os oficiais de justiça viraram um carma atrás do povo perseguindo o povo para desocupar as terras. (Entrevista: José Joaquim Pena, 2016).

O depoimento do senhor José Joaquim, mais conhecido como Pena nos dá um norte no drama vivido pelos antigos moradores da comunidade Dom João. Estes moradores viviam de forma harmônica, ou seja, eram felizes nesta comunidade, porém, foram surpreendidos como o fechamento da usina Dom João em 1969, quando esta decretou estado de falência. Quando a usina faliu o senhor José Falcão que é o fazendeiro citado por Pena comprou as terras e obrigou os antigos trabalhadores e moradores desta a desocupar as terras, como estas

peças não tinham para onde ir, já que neste lugar constituíram suas famílias e começou a dar ordem e perseguir as pessoas.

Neste capítulo foi possível conhecer um pouco da trajetória e modos de vida dos migrantes até a chegada em Dom João, as festas e também fatores determinantes para saída desta comunidade. Sobre o desfecho destas trajetórias analisaremos no capítulo a seguir, que tem como proposta tecer os caminhos da migração sofrida por estas pessoas após o fechamento da Usina.

3 TECENDO OS CAMINHOS DA MIGRAÇÃO

Tecer os caminhos da migração é a proposta deste capítulo, traz um norte sobre o conceito de migração e narra de forma sintética sobre migração no Brasil, na Bahia e, por fim, a migração forçada: entre o Dom João e São Bento tecido à partir de narrativas orais dos colaboradores.

3.1 MIGRAÇÕES NO BRASIL

Migrar, o que é migrar? Esta pergunta é importantíssima para viajarmos sobre este fenômeno que é muito antigo, um tanto quanto a humanidade. Tendo em vista que desde muito tempo a humanidade migra por várias razões. Migrar, grosso modo, é o deslocamento de lugar para outro seja bairro, região, estado, país. Porém, há um grande entrave dentro dos estudos sobre migrações se dá pela forma como ela ocorre. Se de livre escolha, ou de forma forçada, devido a problemas tantos como sociais, ou seja, em busca de emprego e moradia digna, em busca de terras para plantar, dentre outros.

De qualquer sorte, falar sobre migrações no Brasil nos leva a pensar momentos históricos diferentes que constituem a sociedade brasileira. As migrações internas no Brasil vão contribuir para melhor situar de como se formou a nossa sociedade, sem essa noção, dificulta entender como ocorreram as migrações atuais.

Situada por Ana Valim ao dizer que:

O que seria uma trajetória aparentemente individual torna-se parte de um processo muito mais amplo de mobilidade de massa. Uma trajetória onde desfilam rostos, vidas com muito sofrimento, mas também com muita esperança e força para enfrentar, a luta pela sobrevivência. (VALIM, 1996, p.09)

Os migrantes ao regressar dos seus locais de origem vão à busca de novas oportunidades, novas terras para plantar e colher. Vão à busca de um futuro digno, para possivelmente melhor qualidade de vida. E estes são frutos de um processo de desigualdade social que reina em nossa sociedade brasileira. A busca por um futuro melhor para si mesmo e família é primordial no processo de migrações.

Os primórdios das migrações no Brasil vêm de outrora e deixaram marcas inegáveis na formação social em que se encontram o país. Vale ressaltar aqui o processo migratório dos

indígenas que foram os pioneiros nesse movimento de mudança de lugar, muitas vezes em busca de alimentos, pois viviam da caça e pesca. Estas formas de sobreviver que faziam com que estes estivessem sempre em movimento indo à busca da melhor forma para sua subsistência.

Outro processo migratório que ocorreu na formação da sociedade brasileira foi o advento dos colonizadores portugueses que migraram de suas terras em busca de novas terras. Por sua vez os indígenas começam novo deslocamento, migrando do litoral para matas e florestas, pra fugir dos colonizadores e da escravização.

Considera-se, portanto, que a influência do Estado no processo migratório brasileiro está associada a um longo processo histórico no país como se vê com as intervenções governamentais, explanadas a seguir. Inicialmente, têm-se os deslocamentos entre os povos indígenas que buscavam novos territórios e alimentos para sobrevivência. Mas, com a chegada dos migrantes colonizadores, os índios migraram para fugir da violência causada pelos “brancos”.

Percebe-se que estes imigrantes migraram por motivos socioeconômicos e políticos, diante do processo de industrialização ocorrido em vários países europeus. Seriam pessoas expropriadas, que buscaram no Brasil, uma forma de fuga das pressões europeias e uma maneira de sobrevivência. Ainda, hoje, ocorre este tipo de deslocamento e com maior frequência nas cidades médias e grandes brasileiras, mas com diferentes situações econômicas e políticas, e até mesmo sociais e culturais. Para entender isto, Valim (1996, p. 9), destaca que: migrando atrás de novas terras, de safras agrícolas ou rumo às cidades, os migrantes são resultados do processo político e econômico do país, arrastados pelas promessas oficiais de sucessivos governos, incentivados pelo sonho de uma vida melhor ou movidos pela necessidade de sobreviver.

3.2 SOBRE MIGRAÇÕES NA BAHIA

Entre linhas, é válido citar outra forma de migração que iniciou na sociedade brasileira e que estão presentes até a contemporaneidade. Abro aqui um importantíssimo parêntese para ressaltar o fluxo migratório de muitos negros que viveram e vivem em constante deslocamento das casas grandes para os quilombos para fugir da opressão dos

senhores. Quilombos na contemporaneidade não no sentido de fuga, mas de resistência em busca de uma vida com dignidade.

Mas migrar ou permanecer nos locais onde nasceram [...] eram decisões que dependiam de vários fatores, entre os quais idade, ocupação, gênero e mesmo de circunstâncias e situações que estavam fora do controle das pessoas. Indivíduos que emergiram do cativeiro com a posse de alguns bens e direitos tinham uma tendência maior a permanecer nas localidades onde viveram cativos. Evidentemente que para essas pessoas ficar não significou acomodação às velhas relações, significou novos desafios e conflitos na relação com os ex-senhores. Porém para os que emergiram do cativeiro sem nada mais além do que a força dos próprios braços migrar para outras localidades foi um imperativo de sobrevivência. (FRAGA, 2009, p.1)

Vale ressaltar ainda que a migração é um processo social, tendo em vista que as migrações humanas tiveram lugar em todos os tempos e numa variedade de circunstâncias. Porém é válido se pensar que estas ocorrem muitas vezes que de forma forçada, devido aos problemas sociais, as suas causas têm sido políticas, econômicas, religiosas, étnicas ou por mero amor à aventura. As suas causas e resultados, são fundamentais para o estudo da etnologia, história política ou social, e para a economia política. Sob a forma de conquista, a pressão das migrações humanas. Não se pode perder de vista a migração forçada, que tem sido um meio de controle social, dentro de regimes autoritários, a exemplo de fazendeiros.

3.3 MIGRAÇÃO FORÇADA: ENTRE DOM JOÃO E SÃO BENTO

Uma das principais motivações e preocupações desse estudo é a reconstrução da memória de um segmento social que se caracteriza pela ausência ou escassez de registros e documentação escrita, a respeito do episódio da migração ocorrida em 1982. O trabalho, portanto, está inscrito numa perspectiva que tem como referência as contribuições das narrativas orais e memórias destes migrantes, cujos princípios e pressupostos teóricos de análises possibilitaram a construção do conhecimento histórico sobre indivíduos mundo, suas condutas e práticas sociais ao construírem suas representações sobre o real e traduzirem a experiência do vivido e não vivido.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do Campo e das ervas daninhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem,

demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 2003, p. 530).

Portanto, as fontes orais foram aliadas às fontes escritas. Quanto às suas modalidades, a história oral tem sido classificada em: história oral de vida; história oral temática. Optei, nesse estudo, pelas narrativas orais e memória tendo em vista a memória entendida como uma reconstrução do passado, mediado pelas experiências do presente. As experiências vividas pelos entrevistados, olhadas em seus significados, a riqueza e a diversidade das interpretações dos fatos por eles vivenciados e narrados, como também as diferenças e as contradições contidas nas narrativas, nos documentos escritos e demais tipos de fontes, tal como apresentados por Thomson (1992), sobre reconstrução do passado e composições. Veremos no depoimento que segue um relato sobre *a migração forçada*:

Sair da fazenda por que a usina abriu falência e agente foi obrigada, teve que vir pedir arrego, socorro por causa da ordem de despejo em 30 de outubro de 1982. Aí Zé Falcão pediu para agente ser despejada, quem mais sofreu foi Neuza e eu... Agente sofreu muito, agente corria para pedir ajuda a prefeitura. (Noélia Estrela, 2016).

Dona Noélia lembra perfeitamente do sofrimento que passou ao ser obrigada a deixar sua terra natal, sua casa e saiu, junto com dona Neuza, em busca de ajuda ainda incerta na prefeitura municipal, na época.

Segundo os antigos moradores José Falcão, assim arrematou as terras que pertencia a usina queria os ex-trabalhadores pagassem aluguel das casas onde moravam ou então estavam no olho da rua.

Lilane Amorim (2008), em sua pesquisa sobre a falência da usina Dom João conseguiu entrevistar José Falcão segue depoimento:

A usina já tava fechada. Exatamente, eu comprei aqui em praça pública e a usina tinha fechado. A empresa tava falida. A usina Dom João era uma empresa. Eu conseguir essa área e outras pessoas também compraram outras áreas aqui e as fazendas [...]. É até de admirar né, a empresa tá falida e três ou quatro administradores da empresa foi quem compraram grande parte. Eram funcionários e conseguiram arrematar. Uma boa parte dessas propriedades foi arrematada por eles. [...] os funcionários da usina na época do Leilão, eles ficaram. Mas, o governo quem leiloou. Foi o governo do estado que era o credor e acho que a propriedade. O governo tinha que priorizar todos os funcionários. Os funcionários não sei (receberam) como receberam. Não tenho ideia. Houve por tanto um protesto, uma coisa [...] tudo, mas não foi pra [...] foi comprado tudo legalmente em praça pública.

Aproveitei alguns funcionários. Uns quinze funcionários. (José Falcão. Entrevista concedida a Liliane Amorim em São Francisco do Conde, Bahia 06 Abril de 2004).

O depoimento de José nos trouxe informações importantes que até o momento para muitos era desconhecida.

Segundo AMORIM (2008) ao adquirir a sede da usina Dom João e uma de suas fazendas, ele pensou em “transformar em fazenda de gado”. A ideia não deu certo, e ele investiu na cultura do cacau. Quanto aos trabalhadores que permaneceram na usina Falcão, afirmou para AMORM que:

Eles (os trabalhadores) fizeram protesto para receber, mas nessa época quem tinha prioridade era o estado no leilão. Por que na verdade o leilão poderia ter sido feito para pagar os funcionários. [...] Mas quem ficou com tudo foi o governo Eles querem ser indenizados da casa. Não é as ações trabalhistas, é pela casa. Mas aquilo que eu digo, quando fala e pensa em dá dois mil ou três mil reais para eles saírem eles querem uma casa de vinte a trinta mil reais. Se eu der uma casa, ele vai querer uma casa muito melhor do que ele mora. Tentei fazer acordo, mas eles não quiseram. Uma vez eu mandei pra lá pra tirarem. Não sei saiu [...] um ou dois e a mulher ficou. (José Falcão. Entrevista concedida a Liliane Amorim em São Francisco do Conde, Bahia 06 Abril de 2004).

Em Dom João tinha uma sociedade anônima Tourinho agrícola e industrial que era conhecida por Usina Dom João, que pertencia à família Tourinho, Porém em 1969 a usina fechou para desespero dos trabalhadores e moradores da comunidade Dom João. Pois após o fechamento da usina era muita perseguição do fazendeiro, começaram colocar cães – cachorro para ninguém entrar na fazenda, não podiam mais pegar cajá, tamarindo, manga, pescar e extrair nada. Até de lavar roupa na presa eles proibiram. As pessoas nem dormiam, com dor de cabeça, com medo dos oficiais de justiça, os capitães com a ordem de despejo. A partir de então começou o drama dos moradores e antigos trabalhadores da comunidade como vejamos os depoimentos a seguir.

O que aconteceu foi que as pessoas que trabalhava na usina Dom João entraram na justiça, mais a justiça era muito lenta e demorou demais, ai José Falcão adquiriu a usina, arrematou as terras pertencente a usina vendeu as ferragens , só que o povo continuou morando, mais ninguém podia fazer mais nada, nem reforma nas casas lá. Ai ele contratava e mandava oficiais de justiça intimidar as pessoas direta ou indiretamente para obrigar o povo a sair das terras. Eles fizeram uma troca, ai entrou em acordo com a prefeitura de São Francisco do Conde e o prefeito da época Claudemiro de Oliveira Dias, para com o então proprietário das terras, da antiga usina Dom João, hoje fazenda Do João, para não passar dinheiro para o povão resolveu comprar essas casas aqui para não passar dá dinheiro para o povo, era casa não eram barracão sem dividimento. Ele obrigava o povo a trabalhar na inchada no

cacau, na cana, banana, como se fosse escravos na época da escravidão ou então ameaçava de tirar o povo das terras. As pessoas aqui ainda tinha que fazer mutirão para construir suas próprias casas mesmo tendo seus direitos adquiridos e até hoje nada, ninguém aqui ganhou nada. (José Joaquim Santos Pena,)

Os depoimentos acima nos norteiam do que foi o conflito que antigos moradores da comunidade Dom João travou com o então novo proprietário das terras José Falcão um período que segundo os depoentes de muita perseguição e humilhação.

Como está nítido nos depoimentos de José Joaquim Santos Pena e Dona Gildete Santos Pena. O senhor José mais conhecido por Pena é filho de Dona Dete e os dois lembram até hoje de tudo que aconteceu. Tudo começou após o fechamento da usina, todos viviam bem em Dom João, mas após o fechamento da usina o drama para muitas famílias começaram, as ordens de despejo, oficiais de justiça nas portas e o pesadelo de ter que sair da terra natal. Como segue o depoimento abaixo de José Joaquim Santos Pena.

Depois que a usina fechou, aí começou os problemas. Cortou o fornecimento de água e energia. Ficou todo mundo de lampião. E aí disseram que teve um leilão e um cara tomou conta da usina Dom João. Tomou conta um fazendeiro José Falcão. Tomou conta perseguindo todo mundo. Começou plantar banana, disse que ia plantar cacau, perseguindo as pessoas pra todo mundo sair, quer dizer sem direito a nada. Começou essa perseguição alguns iam trabalhar plantar banana e cacau e aí começou a perseguição. (José Joaquim Santos Pena, 2016).

Em outro depoimento José Falcão se mostra furioso, pois disse que tudo isso demorou demais, sinaliza que tentou acordo e que os moradores e ex-trabalhadores da Usina que não aceitaram. Como segue abaixo:

E aí, tá o problema. Eu já tentei entrar num acordo, mas numa hora dessa eu vou botar um advogado pra ter que despejar, mas isso vai levar anos. Porque eles vão dizer o quê? Que nasceram, moram aí, não tem para onde ir. Não esperei que fosse demorar tanto, mas saber sabia. (...), o pai morre, o trabalhador, fica. O filho, ai casa, morre fica o neto. Eu tenho um caso aqui, inclusive trabalha comigo, largou a mulher, só que ela não saiu, ele tá na casa da outra. Eles não largaram a casa não. E essas casas não são deles, pertence a mim. Mas o pessoal não quer sair, tá acostumado morar aqui de graça né? Aqui tem água, tem luz tem tudo né? Outros foram da usina, outros chegaram depois, ficaram também. Não houve invasão. Trabalharam aqui, depois na hora de sair não saiu. Tentei um acordo, dar um dinheiro (...) e o pessoal não quer. Quando quer é uma casa para morar (...), coisa de rico, coisa de luxo. (...) eu ajudei construir e tal. (José Falcão. Entrevista concedida a Liliane Amorim em São Francisco do Conde, Bahia 06 Abril de 2004)

No depoimento acima José Falcão diz que tentou acordo e até ajudou a construir as casas dos migrantes de Dom João em São Bento. As casas que diz que ajudou a construir, na verdade foram verdadeiros barracões, feitos em parceria com a prefeitura municipal, na época.

Diante ao exposto cabe afirmar que na memória e narrativas dos migrantes da comunidade Dom João ficou um gosto amargo de uma migração forçada e no tópico a seguir dialogarei com diferentes interlocutores sobre memória e narrativas orais para melhor situar a memória individual e coletiva dos migrantes.

3.4 DIALOGANDO COM DIFERENTES INTERLOCUTORES: SOBRE MEMÓRIA E NARRATIVAS ORAIS

A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado no presente. Também é uma expressão psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, cultural, nacional. Sendo que a memória coletiva está relacionada ao grupo ao qual o indivíduo pertence. Como muito bem coloca Ecléia Bosi:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vêm à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1979, p. 47).

Segundo Jacques Le Goff (1992), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Neste caso, o estudo da memória, torna-se muito importante sendo ela como uma espécie de armazenamento ou acervo de informações necessárias principalmente para áreas de conhecimento como a ciências sociais, sendo assim GOFF (1992). Afirma o seguinte que os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstruí”.

Nesta pesquisa, a memória é fundamental para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que para colheres narrativas orais, faz-se necessário permitir lembranças que acionam esta memória. Seria muito complicado aos entrevistados lembrarem os motivos pelos quais os levaram a migrar mesmo que de forma forçada, sem o auxílio presente destas memórias.

Nas pesquisas que visam trabalhar com narrativas orais ou história oral, é inevitável esta relação com a memória. Para Paul Thompson (1992, Apud SOUZA, 2013) “História oral (...) pode devolver as pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.”

Frente ao exposto a memória relacionada com a narrativa oral deixa a evidência a voz daqueles que são excluídos ou marginalizados. A memória traz seu olhar para gerações passadas, ou seja, para os mais antigos, como forma de tornar visibilizadas as vozes que muitas vezes ficaram na invisibilidade, sufocadas pela hegemonia.

Para construção desta proposta, além das discussões e contribuições produzidas no âmbito familiar trago também uma bagagem adquirida no âmbito acadêmico das ciências humanas, trilhei muitas vezes caminhos ainda desconhecidos. Para tanto, considero de fundamental importância dialogar com as reflexões produzidas no âmbito da história oral, as quais, ao longo do processo, foram fundamentais para ampliar meu acervo acerca do que estou propondo na pesquisa. Por outro lado, estive atenta aos debates mais gerais fomentados pela História Social, no que diz respeito à importância da agência individual e coletiva dos sujeitos sociais nos processos históricos e da visibilidade destas diferentes vozes (THOMPSON, 1992).

Segundo Cristiane Souza (2013), é fundamental situar algumas reflexões acerca da relação entre experiência, memória e narrativa. A memória de uma pessoa, por mais individual que seja, perpassa diferentes lugares e memórias que são construídas a partir de vivências semelhantes e ou partilhadas, porém com perspectivas diferenciadas.

Para tanto a existência de memórias individuais leva em conta cada experiência anteriormente vivida. Ademais, esse conjunto de memórias que trazem à tona aspectos semelhantes, ou que, da mesma forma, silenciam outros aspectos que permanecem nas entrelinhas, só é possível pela existência da chamada memória coletiva. Conforme afirma SOUZA 2013, que:

A narrativa é compreendida com referência ao tempo presente; ao mesmo tempo, em que são também narrativas sobre o passado – construídas a partir de memórias

decorrentes de lembranças, de reminiscências do passado, muitas delas vividas e outras contadas por parentes e familiares, como memórias. Narrar é contar uma história. Toda história pressupõe a configuração de enredos, tramas, diferenças, distinções, reconhecimentos e pertencimentos das pessoas e grupos sociais entre si e entre outros, conduzidas no tempo – não um tempo linear – e no espaço. Quem narra, narra de um ponto de vista, de uma perspectiva, de um lugar, num tempo e sobre um tempo. Num fluxo do tempo passado que se mostra no presente e que pode e, de certa forma o faz –, projetar o futuro. Em outros termos, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as sociedades. (SOUZA, 2013, p.4).

Tendo em vista que narrar é contar uma história, e que a narração traduz experiência de vida, seus enredos; noção de pertencimento das pessoas e grupos sociais, é que conduzida pela ação memória através de histórias que ouvir durante minha vida, fui acionando minhas lembranças na perspectiva de narrá-las. As lembranças, por sua vez, apontam para seu contexto temporal e, também, para o significado atribuído ao conjunto da trajetória pelos atores sociais. Dialogar e refletir sobre a comunidade que estou etnografando, direcionou meus passos na pesquisa. Para tanto uma narrativa constituída por um conjunto de acontecimentos sucessivos, dotada de sentido, um movimento progressivo e linear, compartilhado pelo entrevistado e o entrevistador, busquei assento, inicialmente, nas preocupações colocadas por Bourdieu (2006*apud* Souza, 2013). A partir delas, o autor tece suas críticas ao deslize epistemológico que estaria presente nesta conceituação e no uso metodológico da “história de vida”.

As “histórias de vida” são, assim, definidas por Bourdieu como “colocações” e “deslocamentos” no espaço social, como trajetórias, conforme nos lembra Souza (2013), ao analisar as reflexões de Bourdieu. Para melhor situar a pesquisa, teço os caminhos da migração, neste capítulo para entender este processo de migração forçada de Dom João até a comunidade de São Bento. Já no capítulo que segue proponho analisar os depoimentos, cruzar as informações para costurar as redes desta migração.

4 ANALISANDO DEPOIMENTOS, CRUZANDO INFORMAÇÕES E COSTURANDO AS REDES

A memória emerge, desta maneira, em sintonia com a lembrança. Então, uma série de acontecimentos do passado não vem à tona, enquanto memória, se não forem lembrados.
(Souza, 2013, p3)

É válido narrar que diversas vezes deixamos para traz nossas histórias de vida muitas situações, lembranças e acontecimentos. E estimulada pela emoção das narrativas que ouvir durante toda minha infância narro aqui o processo migratório dos meus familiares e vizinhos conduzindo á discussão sobre memória, oralidade e migração.

Neste capítulo abordarei as narrativas coletadas através das entrevistas realizadas com os migrantes de Dom João para a comunidade de São Bento. É importante salientar que trago aqui análises das entrevistas realizadas com migrantes no recorte de 1982 e através destas narrativas com o objetivo dar visibilidade aos que migraram forçadamente para a comunidade de São Bento para melhor situar o processo migratório vivido por estes. Entre os narradores a pesquisa conta com Mulheres e homens filhos de ex-trabalhadores da usina Dom João, donas de casa, esposas de ex-trabalhadores, com diferentes idades. Das entrevistas realizadas, escolhi trechos das narrativas para dialogar com a pesquisa, que tem como proposta narrar através da oralidade a memória sobre a migração forçada. Através das histórias de vida coletada busquei compreender o processo migratório vivido por estes migrantes.

4.1 ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS MIGRANTES

É importante destacar que na maioria das narrativas os migrantes vieram para Dom João por causa da seca, fuga do desemprego, fome, família em busca de uma vida melhor e atraídos pelo advento da Usina de cana de açúcar.

Ao serem perguntados sobre os motivos que os levaram eles a migrarem, obtive como respostas do tipo: “mudamos de lá porque a usina fechou em 1969”.

Logo após a Usina fechar o fazendeiro José Falcão comprou a fazenda, quando ele comprou não queria que os moradores ficassem em suas terras e aí o prefeito da época, Tio

Cláudio,⁸ entrou em acordo com ele para construir o conjunto onde agente mora até hoje aqui em São Bento. Vejamos os depoimentos á seguir:

Ele obrigou o povo a sair a força o oficial de justiça ia lá todo dia para força agente sair das casas. Ai agente tinha que vir para prefeitura atrás de Claudemiro pedir socorro e ele prontamente nos atendiam. E agente ia ficando mais um tempinho até as casas aqui em São Bento ficarem pronta. (Neuza Maria, 2016)

Analisando o depoimento de Dona Neuza, temos um norte do que aconteceu com estes moradores da comunidade Dom João. No seu depoimento Dona Neuza traz informações chaves para continuação do nosso diálogo. “Ele”, o qual dona Neuza se refere é o fazendeiro José Falcão, que obrigou os moradores a sair das casas.

Resolvemos migrar, migrar é se mudar né? Nós teve que sair forçado né, por que o fazendeiro não queria tai Neuza e Izabel viva e Sã, dona Dora , Vadinha e dona Dete, o pessoal sai lá se Dom João de pé para São Bento para esse local aqui Por que o prefeito da época Claudemiro, comprou essa terra aqui, desapropriou porque pertencia ao finado Guilherme pai de Santo comprou essa área e fez dezoito casas e deu para nós construir as casas, isso aqui era brejo só tinha mato. Por que a usina fechou em 1968 e o ex-fazendeiro atual que comprou a propriedade onde era estalada a usina e esse fazendeiro tinha um administrador, esse administrador estava constantemente nas portas dos moradores antigos da usina para que desocupasse as casas, o fazendeiro já tinha comprado a fazenda a usina fechou mas agente continuou na fazenda por que agente estava desempregado, mais isso rolou um período de uns dois ou três anos, um tempo. O próprio filho do fazendeiro João, filho de Zé Falcão , Zé Falcão João era pai de João. Esse João se simbilizou com a situação dos ex operário da indústria que tinha fechado, inclusive meu pai da meu pai era funcionário da usina que fechou, e o fazendeiro todo dia lá nas portas dos ex trabalhador com o oficial de justiça, com officio mandava ordem de despejo para obrigar os moradores a sair das casas. (Entrevista, José Feliciano, 2016)

Já no depoimento de seu Feliciano, popularmente conhecido como Pici, ao ser perguntado por que migrou para São Bento, logo fui interrogada migrar é mudar né. E imediatamente respondeu: Tivemos que sair de lá de Dom João forçados. Seu Pici ainda citou no depoimento o nome de alguns vizinhos que foram forçados a vir juntos com ele e deixar para trás suas casas. Ele traz outro dado interessante na sua narrativa que José Falcão já tinha comprado as terras desde 1969, mas que eles resistiram e continuaram lá, pois não tinham para onde ir. E ressalta que estava desempregado.

⁸Claudemiro Oliveira Dias, popularmente conhecido como tio Cláudio, foi prefeito de São Francisco do Conde durante 14 anos.

O que aconteceu foi que as pessoas que trabalhava na usina Dom João entraram na justiça, mais a justiça era muito lenta e demorou demais, ai José Falcão adquiriu a usina, arrematou as terras pertencente a usina vendeu as ferragens , só que o povo continuou morando, mais ninguém podia fazer mais nada, nem reforma nas casas lá. Ai ele contratava e mandava oficiais de justiça intimidar as pessoas direta ou indiretamente para obrigar o povo a sair das terras... Eles fizeram uma troca, ai entrou em acordo com a prefeitura de São Francisco do Conde e o prefeito da época Claudemiro de Oliveira Dias, para com o então proprietário das terras, da antiga usina Dom João, hoje fazenda Do João, para não passar dinheiro para o povo, resolveu comprar essas casas aqui para não passar dá dinheiro para o povo, era casa não eram barracão sem dividimento. (José Joaquim Pena, 2016).

No depoimento acima o senhor José Joaquim popular Pena, ele traz um panorama do que aconteceu em linhas gerais. Ele faz uma narrativa belíssima de como era a vivencia dos moradores na comunidade Dom João e fala sobre a falência da Usina Dom João.

Após a análise das narrativas dos colaboradores desta pesquisa foi possível notar que os motivos foram os mesmos, porém narrados de forma diferente. Ou seja, há uma unanimidade nas respostas. Desta maneira ressalto que o fechamento da usina e conseqüentemente a ordem de despejo dada pelo então proprietário das terras José Falcão. Foram os motivos, porém cada narrador traz sua forma particular de expressar suas dores, mas as causas são as mesmas.

4.2 SOBRE AS LEMBRANÇAS E MEMÓRIA DE DOM JOÃO

Neste tópico trago narrativas dos colaboradores sobre as lembranças e memórias de Dom João, sobre as brincadeiras, amizades. Temos para iniciar a narrativa de Seu José Carlos meu pai que conta com entusiasmo suas lembranças de lá.

As lembranças de Dom João são muito boas... Brincava nossa bola, era tranquilidade total, pelo menos não existia criminalidade, há em Dom João era muito bom, era difícil ter uma brigas, a moradia era tranquila, agente tinha algumas dificuldades como água corrente não tinha, energia por um bom tempo não tinha ou eu não estou me lembrando direito, mas teve uma época que não tinha energia. Viemos para cá por que José Falcão comprou as terras e transformou em fazenda, ai quando fez as casas aqui em São Bento ele começou a dar prazo para agente sair de lá, a maioria de pessoal ficou trabalhando mesmo lá na fazenda. Ai ele começo uma dar prazo na filosofia dele para agente sair de lá, mas que eu me lembre não, era pressão assim não. (José Carlos Costa Pinto, 2016)

Seu José Carlos (Papacapim) conta que em Dom João era tranquilidade total. Não tinha brigas entre os vizinhos e que não existia criminalidade. Passavam por algumas

dificuldades como, por exemplo, não tinha água corrente, mais ainda assim ele preferia ter ficado lá.

4.3 QUANDO CHEGARAM EM SÃO BENTO NO NOVO ESPAÇO, NOVA CASA.

Agente mudou aqui para São Bento em 04 de setembro de 1982. A Usina fechou em 1969. Agente ficou lá em Dom João por que não tinha para onde ir, ficamos lá mesmo que Zé Falcão não queria. Depois que ele e Claudemiro fez um acordo ai trouxe agente pra cá, ele comprou esse terreno e fez uns barracão e deram a gente. Não foi casa foi barracão sem dividimento. Aqui não tinha nada até água tinha que ir em finado Guilherme no portão pedir e ele dava. (Entrevista, Gildete Pena, 2016)

No depoimento de dona Gildete, mas conhecida como dona Dete, ela e a família mudaram para São Bento em 04 de Setembro de 1982. Mesmo que a usina Dom João tenha sido fechada em 1969, eles resistiram até 1982, quando findou o prazo do acordo entre o fazendeiro e a administração da prefeitura da época.

Eles fizeram uma troca, ai entrou em acordo com a prefeitura de São Francisco do Conde e o prefeito da época Claudemiro de Oliveira Dias, para com o então proprietário das terras, da antiga usina Dom João, hoje fazenda Dom João, para não passar dinheiro para o povão resolveu comprar essas casas aqui para não passar dá dinheiro para o povo, era casa não eram barracão sem **dividimento** (Entrevista, José Joaquim Pena, 2016).

Segue registro fotográfico da chegada dos antigos moradores da comunidade Dom João no seu novo espaço.

Figura 4 - Registro de um título sem posses



Fonte: Acervo pessoal do Seu José Feliciano, 2016.

A foto mostra a chegada dos moradores e nas mãos um título ainda sem posses, pois foram despejados em um lugar com condições ruins de moradia. Estas pessoas foram forçadas a sair de suas casas dos seus espaços deixando para traz suas histórias e foram obrigados a recomeçar em um novo espaço.

Figura 5 - Olhares decepcionados



Fonte: Acervo pessoal do Seu José Feliciano, 2016.

“Quando nós mudamos para cá, as casas eram tudo aberta não tinha dividimento, eu botava um plástico para dormir.” (José Feliciano, 2016).

A decepção está estampada nas faces dos antigos moradores de Dom João e novo morador do conjunto Novo Esperança em São Bento. No trecho acima narrado por seu Feliciano (Pici) nos dá um norte de como eles receberam as novas casas sem *dividimento*.

Para além do depoimento de Pici aos nossos olhos é possível fazer uma análise observando o registro fotográfico² acima, as imagens falam por si. O conjunto Nova Esperança sem calçamento, as pessoas em estado de choque. O mais interessante é o nome que deram para o Conjunto “Nova Esperança.” Realmente esperança de um futuro ainda incerto que estava refletido naqueles olhares.

Figura 6 - A voz do poder público



Fonte: Acervo pessoal do Seu José Feliciano, 2016.

Nesta foto esta registrada a voz do poder público por Claudemiro o prefeito da época, Frei Eliseu, a assistente social da prefeitura, felicitando os moradores e situando-os no seu novo espaço. Nitidamente de felicidade apenas estava no rosto de algumas crianças, pois não entendiam ainda o que estava acontecendo.

4.4 SE SENTEM SAUDADES E VONTADE DE VOLTAR PARA DOM JOÃO.

Neste tópico me ousei e perguntei aos entrevistados se sentiam saudades de Dom João e se tem vontade de voltar para lá. Vejamos as respostas:

Se Dom João fosse como antes oxente, eu nem pensava duas vezes, voltava para lá. Há Dom João (...), a maioria veio embora, mas sente saudades até hoje, não só eu, mas a maioria queria voltar. Ainda mais agora que lá tem água encanada e a rede de água passa por lá, energia lá era tranquilo. (Entrevista, José Carlos Costa Pinto, 2016)

O sorriso estava estampado no rosto de Papacapim ao responder com um belo “*oxente, eu nem pensava duas vezes*”.

Há (...) tenho muita saudade de Dom João (...). Eu não queria vir para aqui pra São Bento. Só vim por que Zé Falcão comprou a fazenda de porteira fechada e obrigou a gente a sair de lá. Eu vim de lá por isso por que Zé Falcão rematou a usina e botou a gente na rua Nay, expulsou nós tudo de lá botava o povo da justiça atrás da gente tudo (...). Agente ia lavar roupa na presa pensava que não o povo tava atrás da gente voltava todo mundo ligeiro e vinha para prefeitura atrás de Claudemiro ai ele comprou essa terra aqui em São Bento e trouxe agente para aqui. (Isabel Souza, 2016)

Dona Isabel então suspirou ao me dizer que “*Há (...) tenho muita saudade de Dom João (...). Eu não queria vir para aqui pra São Bento.*”

E foi de cortar o coração quando dona Isabel minha avó materna, na entrevista ainda me disse “*Zé Falcão rematou a usina e botou agente na ruaNay, expulsou nós tudo de lá*”. E ai narrou às peripécias de lavar roupas na presa. Lembrou logo que antes lavava roupa tranquila na presa, mais após Zé Falcão ter comprado as terras tinha que lavar roupas ligeiro com medo dos oficiais de justiça.

5 COMO ESTÃO OS ANTIGOS MORADORES DE DOM JOÃO HOJE EM SÃO BENTO

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF P. 250)

Neste capítulo versarei sobre como estão os moradores nos dias de hoje, quais significados eles deram para este lugar que em outrora, há 34 anos foram despejados. Esta é uma escrita a partir da memória coletiva dos colaboradores diretos e indiretos desta pesquisa. Uma vez que para LE GOFF.

O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. (...) A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume então a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia. (LE GOFF p. 228)

Neste sentido de fazer aparecer a escrita a partir da memória coletiva é que me proponho a etnografar neste capítulo como estão atualmente estes moradores. O registro fotográfico nº 4 denominei de vozes invisibilizadas me reportando ao tempo da foto que foi tirada em 1982, pois, a fotografia aqui vai para além de uma imagem, está sendo um registro da história real de um drama vivido por estas pessoas que durou até 1982 quando de fato encerrou o prazo de suas estadias nas suas antigas casas em Dom João, começando novas vidas aqui em São Bento. Etnografar não é uma tarefa tão fácil, porém muito gratificante, densa pois tudo é novo e parece confuso para o antropólogo GEERTZ.

“a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar /.../ Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos...” (GEERTZ, 1989, p.20)

Para tal estou ouvindo, reouvindo, aprendendo para escrever como estão estes moradores nos dias de hoje, na perspectiva de construir uma narrativa e posteriores leituras sobre essas pessoas.

Figura 7 - Vozes invisibilizadas



Fonte: Acervo pessoal do Seu José Feliciano, 2016.

Estas vozes foram silenciadas em outrora, foram chamados de invasores, apelidados de índios e ao conjunto que era para ser chamado *Conjunto Habitacional Nova Esperança*, passou a ser chamado de Aldeia no sentido pejorativo.

5.1 A ALDEIA CONTEMPORANEA

Na figura 6 temos uma imagem da Aldeia na contemporaneidade, mas por trás de uma simples imagem, lá estão às vozes visíveis que foram ganhando corpo, formato e foram

ocupando seus espaços e ressignificando a Aldeia em São Bento, não mais como invasores mais como moradores do conjunto Nova Esperança (Aldeia).

Figura 8 - Aldeia



Fonte: Naiane Pinto, 2016.

Ao contrário do que a foto 3 (Cap. III) mostra e os relatos que colaboradores da pesquisa trouxeram, hoje a Aldeia contemporânea tem calçamento, praça, água encanada, as casas estão rebocadas e tem *dividimentos*, atualmente temos moradores engajados, bem-sucedidos dentro da própria comunidade, vejamos o histórico destes:

- **Edna** (Edinha) senhora que se pronuncia ao microfone, é filha de uma colaboradora desta Dona Dete, não mora mais aqui em São Bento, casou-se e mora no centro da cidade, mais esta sempre visitando os familiares.
- **Gildete Pena (Dona Dete)** atualmente aposentada e colaboradora direta desta pesquisa.

- **José Joaquim Santos (pena)** aposentado, Pena é deficiente visual e está sendo uma peça chave enquanto colaborador desta, ele é filho de Dona Dete.
- **Neuza Maria Costa Vieira (Dona Neuza)** é aposentada, viúva e colaboradora fundamental para a escrita deste trabalho. Dona Neuza é a minha segunda mãe e mãe dos quatro colaboradores seguintes:
- **Marilene Costa** (Lene) Atualmente tem 40 anos é pedagoga formada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e está atuando como gestora da escola As Três Marias, sendo que Lene estudou nesta escola quando chegou em São Bento.
- **Márcia Costa** (Márcia) tem 41 anos é assistente social, assessora social do fórum Agenda 21 Local.
- **Nádia** é cozinheira de profissão, mas atualmente está desempregada, mais atua como voluntária no Fórum Agenda 21 Local.
- **Nilson Costa Vieira (Nilson)** montador de andaime, caldeireiro e trabalha na Refinaria Landhulfo Alves (RLAM).
- **José Carlos Costa Pinto (Papacapim)** funcionário público, atualmente afastado dos serviços por motivos de doença. Papacapim é meu pai e colaborador impar na pesquisa.
- **Isabel Souza de Jesus** (Dona Isabel) é aposentada, colaboradora direta da pesquisa e minha avó materna.
- **José Feliciano Pereira (Pici)** é aposentado esposo de Dona Isabel e colaborador fundamental da pesquisa foi Pici que forneceu as fotos para compor esta pesquisa.
- **SR. Fernando** Já falecido é o pai de seu Feliciano (Pici) colaborador desta pesquisa.
- **Dona Feliciano (Pretinha)** atualmente falecida, mais sua filha Conceição continua moradora da Aldeia e constituiu sua família.
- **Adenildes** (Deninha) é pedagoga, professora da escola Bartolomeu dos Santos Mattos, aqui na comunidade de São Bento.
- **Ednalva Pena** também é filha de Dona Dete colaboradora desta pesquisa, Ednalva é funcionária pública concursada da prefeitura municipal.
- **Noélia de Souza Estrela(Dona Noélia)** é aposentada e colaboradora desta pesquisa.
- **Nailz aé** filha de **Dona Noélia** uma das colaboradoras desta pesquisa e funcionária pública concursada trabalha na escola local, Bartolomeu.

- **Adailton (Dai)** é filho de **Dona Bernadete** (falecida) ele mora até hoje na casa que foram dos pais.
- **Elísia Pinho (Kiu)** é formada em magistério, porém trabalha em Salvador como empregada doméstica e volta para casa nos finais de semana.
- **Ana Cristina (Cristina)** é funcionária pública concursada da prefeitura, morou em São Bento durante muito tempo, mas atualmente foi morar no centro da cidade.
- **Doralice (Dona Dora)** é aposentada e mora com seu irmão **Sr. Mário**. Também aposentado.

Além das pessoas registradas nas fotos vieram outras famílias que seguem abaixo:

- **Valdelice (DonaVadinha)** está aposentada, mais era funcionária pública da Prefeitura Municipal.
- **Maria de Lurdes (Dona Lurdes)** é aposentada e casada com **SR. João Barbosa**, ambos estão aposentados como funcionários públicos da Prefeitura Municipal.
- **Maria (Dona Mariazinha)** aposentada, viúva de **Sr. Germinio Santos** que também era aposentado. (ex-trabalhador da usina Dom João). Pais de: **Marilene Santos** pedagoga e funcionária da Prefeitura Municipal; **Jucimara Santos** funcionária da Prefeitura Municipal e **Jucilene(Bona)** Enfermeira, funcionária da Unidade de Saúde da Família (UFS) da comunidade.
- **Carla** é Dona de casa filha de **Dona Maria José (Marião)** já falecida.
- **Flávio (Flavinho)** Pedreiro e **Rosimeire (Meire)**, sua esposa, moram na casa dos pais de Meire que, atualmente não estão morando na Aldeia, mas vêm nas datas festivas.
- **SR. Beto Ramos e Dona Carmelita (Uda)**.

Vale ressaltar que muitos moradores que vieram ainda crianças já são pais e mães de família e suas crianças estudam na comunidade nas escolas Bartolomeu e São Bento e nas Três Marias.

Digo Aldeia contemporânea, fazendo uma comparação entre e analise entre os quilombos contemporâneos, pela similaridade a resistência e forma como ressignificaram este lugar. Em outrora foram retirados de Dom João e trazidos para cá em péssimas condições e como bons irmãos resistiram, se ajudaram, desde a construção dos barracões até os dias atuais. Ainda hoje há uma reciprocidade por parte de alguns. Saímos de nossas casas todos os dias para trabalhar, seja nas escolas, secretarias, refinaria, em construções civis e voltamos

para nossos lares. Aqui contamos com uma diversidade de profissionais, temos de pedreiro, professor a pescador.

Outro fato interessante é que os filhos de alguns ao formar suas famílias para compraram os fundos das casas da aldeia para construírem suas casas, que dá a frente para rua Junqueira Ayres. Estamos enraizados na Aldeia, esta agora faz parte de nós e nós fazemos parte dela. Outros continuaram morando na casa que eram dos pais ou compraram casas de alguns que já faleceram. Porém ninguém nunca esquece Dom João, os umbigos que lá foram enterrados fazem aporte e referencia as memórias. Volta e meia ouço os vizinhos e familiares contando as aventuras, brincadeiras, as festas, namoros, entre outras lembranças.

Cabe ressaltar que existe entre os moradores mais antigos o respeito, e da nova geração percebo que a afetividade continua, nossos filhos brincam juntos, por exemplo, ao passar para ir trabalhar saúdo todos, respeito á todos principalmente aos mais velhos.

Quando iniciei esta etnografia, comecei a conversar com os mais velhos que vieram de Dom João, então logo percebi a satisfação deles em estarem contando esta história de vida. Sentiram-se lembrados por alguém que não nasceu em Dom João, mas que esteve e continua disponível para ouvi-los e fazer os registros destas estórias.

Enquanto observadora participante é fantástico quando nos reunimos para as festas de São João, carnaval e Réveillon. As comemorações de aniversários então são constantes e os churrascos aos sábados e domingos são quase que sagrados.

Frente ao que foi dito, a cada dia a Aldeia vem sendo reinventada e ressignificada por seus moradores. Com o passar do tempo foram sendo misturado Dom João e São Bento.

Muitos dos que cresceram juntos já tiveram filhos e nossos filhos certamente ouviram falar de Dom João. Estes não são mais chamados de invasores assim como foram chamados seus pais, são nativos da Aldeia contemporânea, e esta, repleta de histórias, estórias e memórias.

5.2 NOSSOS LAÇOS VÊM DE LÁ

Neste tópico quando digo nossos laços vem de lá, me reporto às trajetórias e histórias de vida, é válido narrar que em 1969 quando houve a falência e fechamento da usina Dom João, tanto os moradores que vieram para São Bento em 1982, quanto os que foram morar na Baixa Fria em 2013, viveram o mesmo drama de serem pressionados a saírem de Dom João.

É interessantíssimo sempre em datas comemorativas, principalmente Réveillon (1º do ano) como dizem os mais velhos, alguns ex-moradores de Dom João que estão morando principalmente no conjunto João Falcão na Baixa Fria, Santo Amaro e Salvador vem visitar os que moram aqui em São Bento, minha mãe Neuza, minha avó Isabel e Dona Noélia, dentre outras. Começam a falar de como estão atualmente, e sempre no meio da prosa citam Dom João, e ali surgem os casos conversam horas e horas, riem e eu me sinto privilegiada em ter estas bibliotecas vivas e poder ouvi-las e etnografar essas experiências.

Quando alguém aqui em São Bento ou alguém que está na Baixa Fria fica doentes ou falece algum morador que morava em Dom João, há uma comoção imensurável. Todos vão visitar e quando tem velório e ou sepultamento se fazem presente para solidarizarmos. Há pouco tempo tivemos uma enorme perda, Robson filho de Dona Valdete (Vadinha) faleceu de repente e participamos desde o velório até o cortejo para o sepultamento prestando a última homenagem e dando apoio as seus familiares. Robson era funcionário público concursado da prefeitura municipal e nasceu em Dom João.

Face ao exposto, o vínculo dos moradores da Aldeia, principalmente com os moradores que estão no conjunto João Falcão na Baixa Fria são fortes... *volta e meia se visitam*. Eu sou educadora ambiental municipal e fui logo que eles foram morar lá em 2013, fazer um trabalho a pedido do poder público, e demorava horas nas casas, pois começam a me perguntar por meus pais, avó e vizinhos.

Nossos laços vêm de lá por causa da forma como foram relocados a força em 2013 a diferença foi o tempo de resistência, então é certo afirmar que nossos laços vêm de lá. Em comum temos também as histórias e experiências vividas juntas, que marcam até hoje nossas vidas.

Os laços não foram cortados com o tempo apenas existem um distanciamento, mas ao mesmo tempo aproximações. Muitos são compadres e comadres dos filhos uns dos outros, por terem sidos forçados a deixar suas casas suas histórias, seus costumes, que foram construídos gradativamente e foram obrigados a recomeçarem em um novo lugar.

Tendo em vista que o novo lugar não possuem quintais para plantar e criar animais, manguezal por perto para mariscar e pescar. As árvores frutíferas como cajá, tamarindo e araçá para coletar e vender para se sustentar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa não se pretendeu esgotar as histórias, as trajetórias e experiências de vida dos colaboradores. Trago aqui uma experiência etnográfica, porém carregada de sentimentos e de uma sensação de tarefa cumprida por ora, porém que sinaliza para a necessidade de ser continuada.

Tudo gerou em volta desta Usina, às pessoas que vieram atraídas pelo advento dela, posteriormente formou as famílias que compunha este lugar, que vieram atraídas pelo advento da Usina Dom João. Em Dom João estas pessoas foram felizes, viviam de forma coletiva, os homens trabalhavam na Usina, no canavial, na plantação de cacau e as mulheres trabalhavam na *casa dos brancos*; costuravam, lavavam roupas de ganho, vendiam geladinho, bolo, cocada... E tudo foi por terra, após o fechamento da Usina, quando o então fazendeiro, José Falcão, comprou as terras e transformou em fazenda.

E nas memórias destes ex-moradores, após o fechamento da Usina e, então, da fazenda Dom João, os conflitos socioambientais e territoriais sofridos por eles é explicitado, marcando um cenário de racismo ambiental banhado pela hegemonia do fazendeiro José Falcão, esposo de Dona Lurdes, grandes proprietários de terras de Feira de Santana, conforme já disse.

Como resultado deste processo, tivemos ordens de despejo desta comunidade por diversas vezes que foi resultante da expulsão dos trabalhadores e seus familiares de quatro espaços chamados de engenhos e/ou fazendas do entorno da área pleiteada, assim denominada: Fazenda Dom João, Engenho de Baixo, Engenho de Cima.

Em 1982 houve a primeira remoção dos despejados, foco do nosso olhar aqui. Em 2013 houve a segunda, com outra parte dos moradores foram removidos para o Conjunto João Falcão, na Baixa Fria. Atualmente observamos uma nova tentativa de remoção dos moradores da Comunidade Quilombola de Porto de Dom João, que já usavam o território hoje pleiteado, desde quando trabalhavam nestas quatro fazendas, como área onde buscavam formas complementares de produção para manutenção e reprodução da vida.

Ao longo do tempo os grupos sociais originários do processo de escravização reivindicaram o direito à terra a partir da condição de comunidade tradicional. No que se refere a Porto de Dom João, esta condição de tradicional deve ser entendida, não como tempo de existência em um dado lugar, mas, pelo modo de vida que se refaz a partir da expulsão dos grupos de seus locais de origem e o uso de novos locais que garantam a sua reprodução.

Esta história nunca vai sair das lembranças e memória desses antigos moradores. Vale salientar que estes antigos moradores de Dom João foram morar na comunidade de São Bento, ainda em São Francisco do Conde, em um espaço que foi desapropriado para que eles pudessem morar. O local era charco, um brejo, segundo depoimento dos moradores, um curral, onde um Babalorixá, conhecido como Guilherme, criava os animais usados nos processos rituais. Os animais ficaram então em um espaço mais reduzido tendo em vista que as terras já tinham moradores que vieram de Dom João.

Ao migrar para as novas casas, em São Bento das Lages, os moradores e antigos trabalhadores da Usina Dom João encontraram um clima de repressão, resistência por parte dos antigos moradores do Conjunto Nova Esperança foram apelidados de índios e invasores e começaram a chamar o conjunto onde eles foram morar de Aldeia de forma pejorativa, no sentido de marginalização.

Vale salientar que a Usina fechou em 1969 e eles resistiram até 1982 em meio a opressão e hegemonia do fazendeiro José Falcão, mesmo em meio várias tentativas de despejo, a prefeitura através do gestor municipal da época, Claudemiro Dias, finalmente mediou o árduo conflito e firmou uma parceria com o então proprietário das terras da Usina e então Fazenda Dom João, construindo casas que segundo os migrantes e depoentes foram barracões sem *dividimento*, sem reboco, que foram entregues em condições muito ruins. É pertinente afirmar que as pessoas só migraram para São Bento por pressão e *opressão*.

Narrar estas histórias de vida e reconstituir trajetórias e experiências é de grande importância para mim enquanto pesquisadora participante, pois trilhei, teci a história dos meus ancestrais que é a minha história, permitindo através da pesquisa dar visibilidade a essas histórias belíssimas, exemplares para mim, e de dá voz aos que foram caladas em um processo hegemônico de conflitos socioambientais e territoriais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do povo”, Faxinais e Fundo de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: programa de pós- Graduação em sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2006.

AMORIM, Liliane Alves de. **Memórias e trajetórias da cana-de-açúcar na Bahia**. Salvador: 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA(ABA). Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras Rurais. Boletim informativo NUER, VOL.I nº01, Florianópolis (SC),pp. 81\ 82. Núcleo de identidades e relações interétnicas (NUER), ligado ao programa de pós- graduação em Antropologia social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1997.

B.J.Barickman.: O trabalho e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano(1850- 1881). Afro-Ásia n.21-22. 1998-1999. P.197

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia – sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: Da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999 – (Coleção Polêmica).

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade Etnográfica. In. A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 2008 pp.17-58.

FRAGA FILHO, Walter. **Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição**. Cadernos AEL, v.14, n.26, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEOGRAFAR, **A geografia dos assentamentos na área rural**. Grupo de pesquisa POSGEO/UFBA, Salvador, 2010. Disponível em WWW.georafar UFBA.br

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acessado em 13.04.15.

LEI, Municipal de abairramento, nº 201\ de Junho de 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Berrando Leitão, *etall*. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques. **ENCICLOPEDIA EINAUDI**, v. 1, Memória – História. Edição portuguesa. Porto, PT: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Ebril cultural, 2ª Ed., 1978.

MULLER, Cintia Beatriz. **Territorialidades negras em questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento; Norte, Nordeste e Centro- Oeste**- Cruz das Almas; EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. Coleção UNIAFRO.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativa**, Campinas, SP: Mercado de letras, 2001.

SANSONE, Lívio. “Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidade no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde”. In Pereira, Cláudio Luiz & SANSONE, Lívio (org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, José Jorge Espírito do, 1963. São Francisco do Conde; resgate de uma riqueza cultural. São Francisco do Conde, 1998.

SOUZA, Cristiane Santos. **Trajetórias de Migrantes e seus descendentes: Transformações urbanas, memória e inserção na metrópole**, Campinas, SP, 2013.

MURICY, Ivana Tavares; PINHO, Simone A. BELAS, Ângela O.; SANTOS, Cândida R. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: Tendência e perfis sociodemográficos*. Salvador: SEI, p. 124, 2007.

MELO Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PINTO, L. A Costa. “Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana”. In: PIMENTEL, Flávio Reginaldo. **Memória e Migração presentes em narrativas orais de migrantes nordestinos na Amazônia paraense**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e colonização no sertão do Brasil. Coleção estudos Históricos. nº 44, São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo FAPESP, 2002.

SITES: mundo educação. bol.uol.com.br/geografia/migracoes-no-brasil.htm. Acessado em 14 de Maio de 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992. p.22

VALIM, Ana. **Migrações da perda da terra á exclusão social**. São Paulo: Atual editora. 1996.

WOORTMANN, Klas. Migração, família e campesinato. In Clifford Andrew Welchet *al* (Orgs.). *Camponeses Brasileiros*: leituras.

APÊNDICE - Roteiro para entrevista: remexendo o passado

Dados:

Data:

Município:

Nome do entrevistado:

Gênero:

Apresentação:

Sou Naiane Jesus Pinto, bacharelada em humanidades pela UNILAB, orientada pela professora Dr^a Cristiane Santos Souza, e estou desenvolvendo o projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar a experiência e memória de uma migração forçada, no caso de Dom João em São Francisco do Conde-BA recorte 1982, salientando que a importância desta pesquisa é dar visibilidade a narrativas orais, a partir da memória de moradores desta.

Perguntas:

1. Antes de virem para Dom João viviam onde? Com era a vida por lá? E porque resolveram se mudar?
2. Quando vocês chegaram a Dom João?
3. Quando chegaram, como era a vida na fazenda Dom João?
4. O que sente pelo Dom João?
5. Quais são as lembranças que você tem do Dom João?
6. O que te faz sentir parte do Dom João?
7. Por qual motivo vocês migraram da fazenda?
8. Pensou em voltar para a sua terra? Em quais situações?